

ONDE ESTÁ A GRAÇA: ANÁLISE DO NÍVEL (EXPLÍCITO, IMPLÍCITO E METAPLÍCITO) EM QUE SE PROCESSA A BISSOCIAÇÃO EM TEXTOS HUMORÍSTICOS*

Sídnei Cursino Guimarães Romão**

RESUMÉ: *Ce travail a essayé de montrer dans quel niveau de compréhension l'humour d'une blague est développé: si dans le niveau explicite, implicite ou metaplicite. Cette étude est basé sur deux sortes de théorie: les théories de l'humour et les théories des niveaux de compréhension de la lecture. Pour l'humour, on a suivi la théorie de la bisociation de Koestler (1964), la théorie sémantique des frames appliquée à l'humour par Raskin (1985), les mécanismes créateurs de l'humour proposés par Travaglia (1991). Para les niveaux de compréhension, on a cherché dans Poersch (1991) la notion de métaplicite qui a été complétée avec la notion de règle (dans le comique), selon Eco (1994). Par rapport à la théorie du posé (explicite) et de l'implicite (présupposée ou sousentendu), on est basé sur Ducrot (1978) et sur les auteurs qui ont revu et ont enrichi la théorie de ce linguiste: Kerbrat-Orecchioni (1986, ed. de 1998), Schott-Bourget(1994), Maingueneau (1996b) et Koch (1984, 1996, 1997). On a essayé de "neutraliser" l'humour des blagues, pour indiquer où s'est développée la bisociation: la place du "disjoncteur" (d'après Morin, 1971) et on a vérifié si dans ce point on rencontrait des cas d'explicite ou l'un des deux formes d'implicite. On a conclu que, dans le point où la bisociation est développée, on trouve toujours un implicite, qui, à sa fois, renvoie à une "règle ou valeur du groupe social", celle-ci, partie de la connaissance métaplicite. Dans les blagues, cette règle est violée d'une manière dissimulée, sous la forme d'un implicite, qui force le lecteur (s'il veut rire) à admettre cette violation. Le rire devient, alors, un acte perlocutoire et on peut conclure que les textes d'humour, d'une ou d'autre façon, font appel à l'implicite.*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende relatar nossa pesquisa, que teve por objetivo verificar em que nível de compreensão se processa o humor de piadas: se no nível explícito, implícito ou metaplícito. Tentou-se, pois, "fundir" neste

* Resumo da dissertação realizada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia; apresentada ao Mestrado em Lingüística do Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Lingüística e defendida em 12-12-2001. No ano de 1999, a mestranda foi bolsista da FAPEMIG, entidade que, dessa forma, contribuiu para esta pesquisa.

** Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas/FEPAM

trabalho, duas grandes linhas teóricas: a do estudo do humor e a dos níveis de compreensão da leitura.

Consideramos como humorístico o texto que visa ao ato perlocucionário do riso (este, quando associado ao “cômico” ou ao “que é engraçado, que é risível”), entendendo-se aqui a perlocução como o efeito que o locutor provoca no interlocutor, através de sua fala.

A compreensão de qualquer texto é feita a partir da conjugação de informações apresentados nos níveis explícito, implícito e metaplícito, havendo sempre manifestação e imbricação dos três em todo texto.

Para o estudo do implícito em suas duas formas: pressuposto e subentendido, ficamos com os conceitos de Kerbrat-Orecchioni (obra de 1986, em edição de 1998), bem como com os conceitos de Ducrot (1978), estes, enriquecidos e interpretados pelos trabalhos de Schott-Bourget (1994), Maingueneau (1996b) e Koch (1984/1996 e 1997).

O nível explícito estaria na base do implícito, porque só é possível processar as informações implícitas a partir das “pistas” apresentadas no texto pelos dados explícitos. Estes, por sua vez, seriam escolhidos entre dados do universo metaplícito (expressão cunhada por Poersch, 1991), **conteúdo** que engloba conhecimentos de mundo e conhecimentos lingüísticos necessários ao processamento das informações (dados extra-textuais) __ refere-se, pois, aos parceiros envolvidos na situação de comunicação e à própria situação, só podendo ser reconstruído pelo leitor que tenha conhecimento do contexto. É ainda o nível básico para a deflagração do humor, porque é nele que se situam as “regras do convívio social”, que assim denominamos, por corresponderem a convenções sociais e culturais (por natureza, tácitas). O riso é provocado pela violação dessas regras, ou seja, pela “ruptura do convencional/do previsível”, a qual se manifesta no texto sob a forma de uma “incongruência” (Fourastié, 1983), que causa no leitor uma surpresa.

Se um mesmo tema (como a fome no mundo, por exemplo) pode gerar textos tanto trágicos quanto cômicos, a causa da dessemelhança entre os dois gêneros está provavelmente ligada à natureza das regras citadas. É o que afirma Eco (1984, “O cômico e a regra”) que contesta (e descarta) que a força diferente entre as regras do texto trágico e do texto cômico seja causada por certas diferenças estabelecidas entre ambos: universalidade para o trágico e particularidade para o cômico; bem como o caráter nobre do personagem no primeiro, oposto ao caráter inferior do personagem no segundo. Eco nota que há tanto o trágico geral quanto o particular (exemplo deste é o caso da mãe que perde um filho) e que as duas formas sobrevivem; há igualmente o cômico universal (como o pastelão na cara, considerado risível por todos) e o cômico particular. No que se refere à maneira como as regras são violadas, Eco (1984: 346) coloca a hipótese de que “o trágico justifica a violação (em termos de destino, paixão ou outro), mas não elimina a regra”, sendo, por essa razão, universal. O cômico parece “popular,

liberatório, subversivo”, porque permite a licença de violar a regra àquele que de tal maneira a introjetou, que passa a encará-la como inerente ao grupo e, como tal, indestrutível. O autor conclui: “*A regra violada pelo cômico é de tal modo conhecida, que não há necessidade de reforçá-la*” (Eco, 1984: 349) (grifos nossos).

Nem sempre é muito simples especificar o que ainda é regra e o que já deixou de ser, desde que as sociedades (mesmo de forma lenta) sofrem transformações. Tais regras de convívio social referem-se a situações que causam algum tipo de constrangimento a outros (sobretudo publicamente) e as pessoas (com um conhecimento partilhado básico) sabem, intuitivamente, o que é “**indizível, porque é constrangedor para o grupo social**” (e essa é a frase com a qual caracterizaremos tais regras).

Diríamos que não é a simples constatação de um “pastelão atirado na cara de alguém” que é risível. Segundo Eco (1984), “numa briga em que as pessoas atirassem toda sorte de objetos umas nas outras, inclusive pastelões, é provável que isso não tivesse graça”. O humor nasce das duas circunstâncias: “a constatação de que um pastelão foi atirado em alguém” (a consciência da “*consumação* desta quebra”) mais o reconhecimento de que tal gesto *constitui*-se numa violação às regras do convívio social. Quando tal violação acontece ao leitor do texto, ela lhe impõe o humor e leva-o ao riso, razão pela qual nos referimos ao “riso” como um ato perlocucionário.

O conflito (ou “incongruência”) teria como solução, no texto trágico, a morte (ou outro castigo) para o infrator e há, depois, o conseqüente restabelecimento da regra. O ápice do texto cômico é também a descoberta da “incongruência” (normalmente única em cada piada¹). Essa incongruência certamente não será “resolvida”, será apenas “compreendida”, de forma a provocar o riso²; isso porque não há solução para a “inviolabilidade” das regras do social, inviolabilidade que buscamos explicar com o texto de Foucault (1996: 9):

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e te-mível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, co-nhecemos, é certo, procedimentos de

¹ Exceção para o caso de “disjuntores múltiplos”, que acontecem em textos humorísticos mais longos (casos que consideramos como exemplos de “piadas sucessivas”), mas que não abordaremos neste artigo.

² Fica a postura de que a incongruência do cômico não é solucionada, a menos que consideremos que o riso seja a “solução” para a incongruência, aderindo ao pensamento de Freud (1905/ 1988: 382, *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Paris: Éditions Gallimard/ Londres : Imago Publishing Co. Ltd.) : “O sentimento do cômico provém da dissolução de uma tensão”. Mas como, neste caso, a “solução” não estaria, a nosso ver, no nível do texto _ acreditamos que essa abordagem não interesse a nossa área de estudo.

*exclu-são. O mais evidente, o mais familiar também, é a **interdição**. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa. **Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusi-vo do sujeito que fala**: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.”(grifos nossos)*

Foucault cita a questão de termos referentes à sexualidade, que só são permitidos ao pessoal da área médica ou biológica (por exemplo), porque estes os enfocam como ciência. Parece que os três tipos de interdições se revelam quando o leigo (ou seja: aquele que não tem direito ao discurso) usa tais termos (objetos envoltos em tabu), em circunstâncias ordinárias de fala (fora dos rituais “adequados”). Quando são encontrados os três tipos de interdições citados, os termos são considerados obscenos e, conseqüentemente, proibidos, de acordo com um “acordo tácito” do grupo social. Se o leigo referir-se a temas ou termos que se constituem em “tabus”, ao fazê-lo, é considerado pelo próprio sistema como alguém que está **quebrando uma regra**.

Nas piadas, a quebra das referidas regras apresenta-se sob a forma de uma incongruência. É certamente por esta razão que o estudo da **teoria do humor fundamentada na incongruência** foi uma das três grandes linhas de estudo da área, junto com a **teoria fundamentada na agressão** e a **teoria fundamentada na repressão**, as duas últimas certamente mais voltadas para a Psicologia e Psicolinguística ou para a Sociologia e Sociolinguística, o que não nos interessa diretamente.

É Fourastié (1983) quem mais se detém na análise da “quebra” destas regras, à qual ele chama de “ruptura do determinismo”, considerando-se “determinismo” o cumprimento previsível das regras.

“O homem ri cada vez que ele ultrapassa uma ruptura, um incidente, uma interrogação em um processo determinado previsto, antes da ruptura, como sem problema, normal e benéfico (...) o riso nasce de uma ruptura de determinismo. Espera-se uma coisa e acontece outra.” (...) “Assim, o ‘objeto risível’, a coisa ou a narrativa da qual se ri, apresenta uma ‘ruptura de determinismo’, uma dualidade, um conflito, um contraste de... lógicas, da qual precisamente a tomada de consciência pelo candidato ao riso, depois a repetição, a persistência ou a solução convidam ao riso (Fourastié, 1983: 25-88).”³ (grifos nossos)

³ « L’homme rit chaque fois qu’il surmonte une rupture, un incident, une interrogation dans un processus déterminé, prévu avant la rupture comme sans problème, normal et bénéfique (...) le rire naît d’une rupture de déterminisme. On s’attend à une chose, une autre survient. » (Fourastié, 1983 : 25) (...) « Ainsi, l’objet risible, la chose ou le récit dont on rit, présente une ‘rupture de déterminisme’, une dualité, un conflit, un contraste de... logiques, dont précisément la prise de conscience par le candidat au rire, puis la répétition, la persistance ou la solution, appellent le rire. » (Fourastié, 1983 : 88).

Citando o exemplo de um tombo, Fourastié explica que o determinismo, o previsível, o lógico é a caminhada sem imprevistos, enquanto a ruptura é o tombo. Assim, o que é “determinado” é o “discurso, acontecimento ou ação”, cujo “desenrolar é previsível, responde a uma certa lógica.” (Fourastié, 1983).

A teoria da incongruência ou da ruptura do determinismo parece-nos estreitamente ligada à teoria que veio impor-se aos estudos de humor: a teoria da bissociação, proposta por Koestler (1964). À bissociação, Fourastié (1983) sugere integrar o *fator surpresa*, o que, a nosso ver, corresponderia a integrar à noção de “ruptura do determinismo” a causa da surpresa, já que a surpresa é um tipo de emoção *causada* por alguma coisa inesperada, a surpresa é a descoberta da ruptura do determinismo, ou “a descoberta da bissociação”. E é o próprio Fourastié (1983) quem fala da “quebra” uma previsão como uma ruptura, a qual se constitui no limite entre dois frames (ou matrizes cognitivas). O conceito de “determinismo” foi utilizado por nós como um dos instrumentos de análise: sua aplicação apontou para as previsões de cada frame e mostrou, por contraste, em que se constituía a quebra dessas previsões (ou bissociação).

Dentro desta ótica, foi igualmente indispensável recorrer ao estudo da “teoria semântica dos frames”, de Raskin (1985), sobretudo quando o autor aplica seus estudos de semântica à teoria do humor. A idéia que norteou a fusão destas teorias foi a de que a bissociação (mecanismo indispensável de criação do texto de humor) tem como base o confronto de dois frames. Na passagem de um frame para outro (processo da bissociação), encontram-se os disjuntores, termos que parecem ser a base de uma relação ambígua (não necessariamente polissêmica), que remete aos dois frames de origem, constituindo-se, assim, em nossa hipótese, os elementos-chave do texto de humor. Os elementos que se ligam nos dois frames de origem vão possibilitar a “disjunção”, ou “bissociação” — emprego inadequado de um desses elementos repetidos (ou traços repetidos de um determinado elemento) em um frame que **rejeita** o elemento integral ou apenas um de seus traços.

Completamos as informações dadas pela teoria de Raskin (1985 e 1987) ao conceito de “frame”, com colocações feitas por Van Dijk (1996), observando ainda, do primeiro, também o conceito de “gatilho” semântico. Confrontamos o conceito de “gatilho” de Raskin (1985) com o conceito de “disjuntor”, de Morin (1971), preferindo adotar a terminologia desta autora, para indicar o ponto onde se manifesta a “bissociação”, ou incongruência.

Para abrangermos uma diversidade maior de formas de humor, adotamos os “mecanismos criadores de humor” propostos por Travaglia (1981) como criadores de riso. Por considerarmos que a bissociação parece ser o mecanismo básico, presente em todos os mecanismos apontados por este autor, julgamos poder considerá-los antes “mecanismos criadores de bissociação”. A série de “mecanismos criadores de humor” propostos por Travaglia (mais dois que sugerimos no decorrer de nossas análises) tiveram

dupla função: a de nos guiar em nossa pesquisa e a de estabelecer um limite para este estudo, pois, partindo de piadas que os exemplificavam, tentamos localizar a bissociação para, em seguida, verificar o nível de compreensão em que a mesma se manifestava.

Acreditamos que a **explicação** para a bissociação esteja sempre no nível metaplícito, mas, como estaria “naquela área” do metaplícito onde se guardam as coisas “indizíveis”, a bissociação indicaria esta causa (a regra mais a violação da regra), mas o faria na forma normalmente implícita. Para melhor localizar os implícitos, fizemos o levantamento de uma série de “mecanismos lingüísticos criadores de pressuposição”, a partir de dados compilados dos seguintes autores: Ilari (1985); Kerbrat-Orecchioni (1998), Schott-Bourget (1994), Maingueneau (1996b) e Koch (1997).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A teoria da bissociação

A teoria de Koestler (1964)⁴ propõe que toda atividade criativa segue um padrão básico comum que é “o ato criativo de pensar em dois planos”. A este padrão básico, Koestler dá o nome de “bissociação”, ato que ele define da seguinte forma:

“O padrão (modelo) subjacente a duas histórias [humorísticas] é a percepção de uma situação ou idéia, L, em dois frames⁵ de referência auto-consistentes, mas habitualmente incompatíveis, M¹ e M². O evento L no qual os dois se cruzam, é feito para vibrar simultaneamente em dois diferentes comprimentos de onda por assim dizer. Enquanto esta situação incomum dura, L não está meramente ligado a um único contexto associativo, mas bissociado com dois.”(todos os itálicos no original). (Koestler, 1964, apud Norricka, 1986: 226)⁶

Jardon (1988) cita a explicação que o próprio Koestler (1964) dá para sua teoria:

⁴ O livro de Koestler (*The Act of Creation*, 1964) pretendia ser apenas um ensaio sobre o ato de criação e o grande objetivo do mesmo era o de “revelar a existência de um mesmo tipo de progressão intelectual (ele escreveu: ‘de estrutura’) no riso, na descoberta científica e na arte” (Fourastié, 1983: 202)

⁵ Julgamos que o termo “frame” não tenha sido utilizado por Koestler (1964), mas sim por Norrick (1986b), na interpretação que este fez do texto do primeiro. Esta hipótese deve-se ao fato de Koestler ter-se servido de várias expressões para indicar “frames”: “contextos”, “planos” ou “matrizes cognitivas”, mas não especificamente o termo “frame” (Cf. Jardon, 1984: 30).

⁶ “The pattern underlying both [humorous] stories is the *perceiving of a situation or idea, L, in two self-consistent but habitually incompatible frames of reference, M₁, and M₂*. The event L, in which the two intersect, is made to vibrate simultaneously on two different wavelengths as it were. While this unusual situation lasts, L is not merely linked to one associative context, but *bisociated* with two [all italics in original].” (Koestler, 1964, apud Norrick, 1986a: 226).

*“A associação mental é, para nós, uma maneira habitual de agir (“negro”, além de associar-se com ‘branco’ também se associa com ‘escuro’, ‘noite’, ‘sombra’), ao contrário, o ato bissociativo consiste em combinar dois códigos diferentes e em viver em vários planos ao mesmo tempo.(...) **E é a interação destes dois contextos de associação __ que excluem um ao outro __ que produz o efeito cômico...** A bissociação consiste em combinar duas matrizes cognitivas até ali sem qualquer relação entre si, de tal maneira que se acrescenta à hierarquia um novo plano que incorpore as estruturas anteriormente separadas”.*⁷ (Koestler, 1980, apud Jardon, 1988: 30) (grifos nossos)

A explicação do autor deixa clara a presença de um terceiro frame, onde acontece a bissociação.

2.2. A teoria semântica dos frames

Raskin (1985) foi o primeiro a propor uma teoria semântica que, ao mesmo tempo, fosse baseada no frame/script e que levasse o contexto em consideração. O autor baseou sua teoria na recorrência semântica: as orações precedentes do discurso ajudam a contextualizar as seguintes __ ele usou o termo “gatilho semântico recorrente” para um elemento que se refere a algo fora do conteúdo da oração individual e que força a recorrência para a informação anterior. A soma destas informações permite ao leitor fazer previsões, baseando-se no contexto. Raskin emprega a expressão “frames semânticos” (também conhecidos como *schemata* ou esquemas; ou como *scripts*⁸; todos, termos correlatos de “matrizes cognitivas”), para referir-se à maneira como o leitor, ao interpretar um texto, aciona o conhecimento de mundo além do contexto imediato do discurso. Dessa forma, o que possibilita as previsões no texto é a organização do conhecimento em forma de “esquemas”.

De acordo com Raskin (1985), um frame é “um feixe estruturado e formalizado de informação semântica inter-relacionada”. Ele explica que,

⁷ Koestler (1964, apud Jardon, 1984: 30) “L’association mentale est, pour nous, une façon habituelle d’agir: ‘noir’ appelle ‘blanc’ dans notre esprit, mais ‘noir’ appelle aussi ‘sombre’, ‘nuit’, ‘ombre’. Par contre, l’acte bisociatif consiste à combiner deux codes différents et à vivre sur plusieurs plans en même temps. (...) Et c’est l’interaction de ces deux contextes d’association, exclusifs l’un de l’autre, qui produit l’effet comique.” ...“La bisociation consiste à combiner deux matrices cognitives jusque là sans rapport entre elles, de telle sorte que s’ajoute à la hiérarchie un nouveau plan qui incorpore les structures précédemment séparées”.

⁸ Devido à semelhança entre *script* ou *frame*, consideramos os dois termos equivalentes, fazendo apenas uma pequena distinção de emprego dos dois conceitos em nosso trabalho. Usamos o termo “**frame**” (às vezes o termo “*script*”) em nossas análises e em outros trechos de nosso estudo, para indicar os modelos de que o leitor se serve na busca de compreensão das piadas, como um correlato de “esquema cognitivo”. Entretanto, apenas o termo “*script*” é o que foi adotado, quando relacionamos os itens levantados por Travaglia (1991) sobre “o que provoca riso”, para sermos fiéis à designação dada pelo autor aos *scripts* por ele considerados como “provocadores de humor”.

desta forma, o *script* ou *frame* refere-se a uma estrutura cognitiva do locutor “a qual diz respeito ao conhecimento do significado das coisas, eventos e procedimentos (conhecimento mais abrangente que os verbetes de dicionários e o de uma descrição semântica lingüística habitual)”, ou seja: o *script* (ou *frame*) abrange todos os sentidos que estiverem, de certa forma, relacionados àquele elemento. Um exemplo do autor é a palavra “*pássaro*”, que, além de provocar a busca, nos esquemas cognitivos do leitor, de um *frame* que “identificará ‘pássaro’ como um animal emplumado, *avian*, bípede, também declara que pássaros voam, comem vermes, botam ovos, constroem ninhos, e assim por diante” (Raskin, 1985, apud Norrick, 1985: 155).

Completamos as definições de esquemas cognitivos acima com as colocações de Van Dijk (1996: 78), o qual afirma que “os *frames* são unidades de conhecimento, organizadas segundo um certo conceito” e que “ao contrário de um conjunto de associações, tais unidades contêm as informações essenciais, típicas e possíveis, associadas a tal conceito”. Referindo-se à natureza da informação cognitiva estocada na forma de modelo, o autor destaca a possibilidade de que, em tais tipos de eventos ou situações, haja igualmente armazenadas informações analógicas: “analisamos lugares, objetos ou situações também em termos espaciais (direita, esquerda, alto, baixo, grande, pequeno, etc.)” (Van Dijk, 1996: 165-166)

Notamos que, ao adotar o enfoque acima para o conceito de *frame*, estamos associando a questão dos esquemas cognitivos à das regras de convívio social. Consideramos que ambos os conceitos são oriundos de convenções, desde que, segundo o autor, “a maior parte da compreensão do discurso envolverá crenças avaliativas e opiniões pessoais” (Van Dijk, 1996: 26), o que nos leva a considerar a interferência da “ideologia” no armazenamento de conhecimentos na memória.

Acreditamos poder, assim, considerar a noção de *frame* como mais abrangente, envolvendo categorias diferentes, dos tipos: esquemas de conteúdo semântico (as mais abordadas); esquemas textuais ou superestruturas (cf. Norrick, 1986a, em relação às estruturas narrativas _ estruturas de introdução de contos, em oposição às estruturas que introduzem piadas, por exemplo); seqüências de atos de fala e/ou esquemas discursivos (tais como “pares adjacentes”, cf. Marcuschi⁹, 1991: 35, em que um ato de fala condiciona, até certo ponto, um outro ato de fala como resposta); esquemas sociais comunicativos (no qual se inserem esquemas lingüísticos) ou “não-intencionalmente” comunicativos; esquemas ideológicos, entre os quais os avaliativos (todos estes esquemas indissolúvelmente ligados na linguagem). Parece que os *frames* considerados em piadas são vistos com igual abrangência pelos estudiosos do humor, como nos demonstra o exemplo da piada do marquês que, após surpreender a esposa nos braços do vigário,

⁹ Marcuschi, Luiz Antônio (1991). *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.

começa a benzer a multidão e explica seu gesto, dizendo: “*O Monsenhor preenche minhas funções, eu preencho as dele.*” Embora se constate a ocorrência de uma única situação, os contextos de associação, que Koestler (1964, apud Jardon, 1988) considera dois nesta piada são: o da moral sexual versus o da divisão de trabalho, situando-se no tipo que propomos considerar “frame ideológico”¹⁰.

Fica, assim, explicitada a noção de frame tal como foi abordada em nossas análises: abrangeu as diferentes “posturas” de actantes em situação de discurso, quando, embora envolvidos numa mesma situação, ambos adotam pontos de vista diferentes (o que justifica: as interpretações ambíguas, “a visão do louco” vs “a visão dentro do senso comum”, etc.)

2.3. A teoria da bissociação e a teoria semântica dos frames aplicadas ao humor

Quando propôs sua teoria semântica, Raskin (1984) não visava especificamente textos humorísticos e depois, quando a aplicou pela primeira vez ao estudo do humor, ele não levou em consideração a teoria da bissociação já proposta por Koestler (1964) _ ou, ao menos não fez referência a ela. Acreditamos, entretanto, que o mérito maior que é atribuído a Raskin seja o de uma aproximação mais detalhada dos dois conceitos.

No artigo em que sugere que o estudo do humor tome como base sua teoria semântica dos frames, Raskin (1984) faz duas propostas: primeiro, levanta “condições” que caracterizam a piada; segundo: propõe para os textos de humor em geral, um script, que estipularia as cinco condições para que um texto possa ser considerado humorístico. A segunda proposta engloba a primeira e traz a relação de todas as cinco condições que o autor estipula para um texto ser caracterizado como piada, mas citamos apenas as três últimas, que interessam diretamente a este estudo: “*iii. haver dois ‘scripts’ parcialmente sobrepostos e compatíveis com o texto; iv. haver uma relação de oposição entre os dois ‘scripts’; v. haver um gatilho, óbvio ou implícito, desviando de um ‘script’ para o outro*” (Raskin, 1987: 17)¹¹.

A “relação especial de oposição” é explicada em termos de variantes, tais como: “situação real/ situação irreal; verdadeiro/ não-verdadeiro; possível/ impossível; obsceno/ não obsceno; bem/ mal; com dinheiro/ sem dinheiro; vida/ morte” (Norrick, 1986b) e, no final, a noção de oposição foi definida tão amplamente, que pares mais gerais eram considerados, de forma a,

¹⁰ Em Gil, Célia M. Carcagnolo (1991, “A Linguagem da surpresa _ Uma proposta para o estudo da piada”. São Paulo: USP/FFLCH: Tese de Doutorado. 220 páginas), encontramos outros exemplos de análises que destacam o que aqui denominamos “frames ideológicos”.

¹¹ “iii. Two (partially) overlapping scripts compatible with the text; iv. An oppositeness relation between the two scripts; v. A trigger, obvious or implied, switching the one script to the other” (Raskin, 1987: 17).

finalmente, chegar à oposição (ainda mais geral) de “normal/ anormal”, que abrange todos os grupos. Esta “evolução” da tipologia do conceito de oposição proposta por Raskin (1987), em busca de uma abrangência maior, parece-nos mais prática, porque é mais adequada aos nossos objetivos. Assim, as oposições usadas em nossas análises serviram apenas para situar contextos gerais de oposição que fazem parte da estrutura da piada e facilitam ao leitor a identificação de dois frames (pelo menos) neste tipo de texto.

No item “v” da segunda proposta de Raskin (1985), há a referência a um “gatilho”. Acreditamos que o autor tenha utilizado a expressão “gatilho semântico da mudança de script”, porque transferiu esta expressão de sua teoria semântica (mais geral), baseada em frames, para o estudo específico do humor, igualmente baseado em frames. Com base nesta constatação é que somos levados a interpretar o “gatilho” como o elemento que “aciona o(s) frame(s)”, e, considerando que os referidos frames são superpostos, acreditamos que esta “superposição” seja equivalente ao terceiro frame, deduzido da teoria de Koestler (1964) _ frame ao qual este autor chamou de “novo plano” ou “novo contexto”. Concluímos que a “superposição de frames” proposta por Raskin (1987) e “os dois códigos ou planos diferentes” que, combinados, formam o “ato bissociativo” (de Koestler, 1964) são o mesmo fenômeno. Esse gatilho, comum aos dois frames, pelas características de descrição, pode ser o mesmo termo que Morin (1971) chama de “disjuntor”: *“É preciso arriscar este neologismo, pois ‘disjuntar’ não é ‘separar’: trata-se de um conceito analítico, oriundo de noção de disjuntor...”*

Quando utiliza o termo “disjuntor”, Morin (1971) cita o fato de que a disjunção é uma das três funções que ela reconhece na historieta cômica: ***“A bifurcação é possível graças a um elemento polissêmico, o disjuntor, sobre o qual a história deflagrada tropeça e se volta para tomar uma direção nova e inesperada”***(Morin, 1971: 177) (grifos nossos). Nas análises feitas pela autora constatamos pontos em comum entre o “gatilho” de Raskin (1987) e o termo “disjuntor”, que ela utiliza.

Apresentamos o esquema de Morin (1971: 187) para uma piada¹²:

<i>Função de normalização</i>	<i>Função locutora de deflagração</i>	<i>Disjuntor: Plis</i>		<i>Função interlocutora de disjunção</i>
<i>Um marido agride a mulher.</i>	<i>O juiz: Mas por que com um ferro de engomar?</i>	<i>(a) pre-gas ou (b) maus hábitos)</i>	<i>(a) do tecido (próprio) ou (b)do caráter figurado)</i>	<i>O marido: Porque ela começava a ter maus hábitos.</i>

¹² A piada do exemplo exige a compreensão de que, em Francês, o termo “pli” tem os dois sentidos apontados.

É a função de disjunção, na qual o problema se “desamarra” e onde encontramos “a reviravolta, a ruptura, a queda inesperada”, que faz bifurcar a narração do “sério” no cômico”, e dá à seqüência narrativa sua existência de narração disjunta. Jardon (1988), analisando a proposta de Morin (1971) comenta que, nesta última função, “encontra-se facilmente a bissociação de Koestler” (1964) ou, na expressão de Bergson (1940), “a interferência de séries”, resultado do duplo uso do “disjuntor”. Jardon (1988) não faz referência a Raskin (1987), mas parecem-nos evidentes as semelhanças entre a proposta dele e a de Morin (1971).

Considerando os dados teóricos de base anteriormente relacionados e não fugindo ao que foi proposto pelos iniciadores desses conceitos, mas tentando “interpretá-los”, chegamos, após nossas análises a uma conceituação nossa, a nosso ver mais adequada a este estudo, por tentar ser simples e relacionar, de forma prática, os conceitos de “determinismo”, “disjuntor” (ou “elemento marcador de incongruência”) e “bissociação”. Fazemos, inicialmente, duas ressalvas: (1) quanto à maneira como fica caracterizado o termo “disjuntor”; (2) quanto ao enfoque dado à ambigüidade.

O disjuntor _ Consideramos, pois, que haja uma seqüência de etapas que levam ao riso: as primeiras informações do texto levam ao “determinismo”, isto é, a certas “previsões”, feitas a partir de um esquema inicial, que oferece seqüências prováveis dentro do senso comum. Deste primeiro frame de origem toma-se um elemento: situação ou idéia ou evento (que pode ser um dado completo, ou apenas um traço semântico de um termo utilizado no primeiro frame. Assim, o leitor faz previsões de acordo com o primeiro frame e acontece o inesperado: há um traço novo que se liga ao elemento transportado, traço este que indica a existência de um outro frame de origem. Isto acontece, porque, ao constatar que algum elemento ficou inadequado à compreensão, o leitor (cooperativo) busca outro modelo cognitivo ao qual o disjuntor (elemento que fecha o texto) esteja fazendo referência.

O segundo contexto (ou segundo frame de origem) ao qual o disjuntor remete é um frame coerente, por estar “coerentemente” situado nas previsões normais do leitor. É importante observar que este segundo frame não precisa estar “presente” no texto: ele existe na **previsão** a que os dados do texto conduzem o leitor. Acreditamos que o leitor venha a compreender, quase que de uma só vez (devido à rapidez deste processamento) qual é o segundo frame de origem e qual o frame da bissociação, embora nos pareça que o conhecimento da “ordem” __do previsível__ parece preceder o conhecimento da “desordem”, da incongruência. A contextualização forçada dos elementos implícitos (bissociação) provoca um “choque”, a surpresa que Fourastié (1971) sugere acrescentar à teoria da bissociação de Koestler (1964). Essa sensação de “ruptura do previsível” é que marca a descoberta da “incongruência” ou bissociação e leva o leitor a reconhecer o ato bissociativo. A disjunção (bissociação) pode ser representada por uma frase que “traduz”

e sintetiza a incongruência. O disjuntor está na base desta **“frase-síntese”**, porque é o elemento que leva a essa descoberta: ele aciona elementos que estão na base dele _ elementos explícitos, que se constituem em parte da informação da idéia incongruente; ao mesmo tempo, ele remete, **de forma implícita**, a duas alternativas: para os elementos que (dentro do previsível) completariam esta idéia (formando o segundo frame de referência, cuja existência até então não tinha sido cogitada) e ainda para elementos que, de forma inesperada substituem aquela previsão, formando o contexto incongruente. Parece-nos que as noções de “disjuntor” e “bissociação” tornam-se, nesta colocação, indissociáveis, mas entendemos que **o disjuntor é o elemento concreto (a nível de frase) que, indica** (aponta, marca) o ato abstrato da bissociação e, **embora seja o responsável pelo acionamento de elementos que ficam na base da frase incongruente (que resume a bissociação), não revela sozinho, a incongruência.**

A ambigüidade _ Acreditamos, em princípio, que, nos casos em que ela se manifesta em piadas, o termo ambíguo vem normalmente explícito, pelo menos em um dos frames iniciais. Pode ser que a referência de Raskin (1987) à possibilidade de o “gatilho” vir implícito não seja diferente da segunda parte de nossa afirmação a seguir (grifada): o gatilho parece vir explícito em um dos dois frames *e trazer implícito algum traço que remete ao outro frame*. Acreditamos ainda que haja piadas que não recorrem a elementos ambíguos. Para justificar nossa afirmação, analisamos em seguida três textos: (a) uma piada em que o termo ambíguo (polissêmico) parece ser o mesmo que fica na base da frase que indica a incongruência (piada 1 do Anexo); (b) uma segunda piada com termos ambíguos (polissêmicos), mas que não se encontram na frase que aponta para a incongruência, não estando, pois, na base da bissociação (piada 2 do Anexo); (c) finalmente, um terceiro texto (piada 3 do Anexo) que, embora apresente elementos comuns, não tem elementos ambíguos (no sentido de “polissêmicos”).

1. Análise da piada 01 do Anexo. De acordo com as funções apontadas por Morin (1971), a seqüência única de texto (ou “historieta cômica”) da piada 1 estaria articulada em três funções: na função de *normalização* que apresenta os personagens, temos: *Um brasileiro pergunta a um português*; na função locutora de engate (ou embreagem), que apresenta o problema a ser resolvido, temos: *__Por favor! O senhor viu alguém dobrando esta esquina, agora há pouco?*; e, finalmente, na função interlocutora de disjunção, que “desamarra” o problema”, temos: *__Não, senhor. Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada...* Na última, encontra-se o reverso a reviravolta, a ruptura, a “queda” inesperada, que a autora denomina “disjunção”

Esquematizaremos os dados da piada do Anexo 1, a partir dos dois frames: (AX) e (AY), assim denominados por duas razões: há um elemento A que é comum a ambos; mas os dois têm, cada um, elementos que os diferenciam: em um, o elemento X, em outro, o elemento Y. O elemento A,

comum a ambos é o verbo “dobrar”. No primeiro contexto (frame AX), o termo tem o sentido (AX): o sentido de “alguém mudar a direção do trajeto, (para a direita ou esquerda) ao chegar à esquina, circunstância em que essa mudança lhe é permitida”. No segundo contexto (frame AY), o termo “dobrar” aparece com o sentido (AY): o sentido de “curvar/fazer curvar algo”. Adotando o segundo emprego no lugar do primeiro, o interlocutor muda o foco do significado e cria um elemento novo: o “ver alguém que dobrava a esquina” (em que o verbo vai fazer referência ao fato de a esquina se constituir numa “dobra”, em relação ao trajeto “reto” que levava até ela), para o significado (AXY): “ver alguém torcendo uma esquina, dando-lhe o formato de ângulo”, sentido não usual da expressão e mesmo impossível, de acordo com o senso comum (terceiro frame). Diante da primeira fala, o leitor ativa apenas o “frame AX”: o do uso comum da expressão (AX) e, de acordo com o determinismo, prevê uma seqüência do tipo: “Não vi ninguém” ou “Vi alguém virando a esquina há pouco”. Mas, na segunda fala, aparece o disjuntor Y, que é a circunstância que “prova” que o sentido escolhido para o verbo foi o do frame (AY) e esta “circunstância semântica” (se pudermos denominá-la assim) é o fato de a frase vir na passiva. No primeiro emprego (frame AX), a frase “alguém virar a esquina” não admite apassivamento e deve ser lido, como qualquer “expressão”, como “um bloco único de sentido” (indissociável). São estas circunstâncias (de “funcionamento semântico diverso”) que tornam diferentes os frames (AX) e (AY), embora, em ambos, esteja presente o elemento A (o verbo “dobrar”). A resposta leva a uma releitura também da pergunta (tal como foi entendida pelo segundo falante), com um novo significado.

De acordo com nossa interpretação, na base da “bissociação”, ou seja: “Alguém torcer uma esquina até transformá-la em uma dobra”, está o disjuntor: “A esquina já estava dobrada”. Observamos que o disjuntor está na base da idéia incongruente que sintetiza a bissociação (ou “incongruência”), mas não se constitui, sozinho, nessa idéia. Tentamos esquematizar no quadro seguinte a análise exposta acima para a piada de número 01:

Termo (ou idéia) A: “dobrar” (termo comum aos dois frames iniciais)		3º FRAME AXY (ruptura do determinismo o imprevisível a bissociação) Idéia incongruente: Alguém torcer/virar a esquina, para provocar uma dobra” ou “para torná-la esquina” (o que fica tautológico).
(Frames de origem: ambos previsíveis)		
1º FRAME AX Termo A em AX: “dobrar (a esquina) → contornar um ponto” (contornar a esquina, virar para a rua perpendicular à que era seguida). Circunstância X, característica do termo A, neste frame: “virar a esquina” deve ser considerada uma expressão não apassivável.	2º FRAME AY Termo A em AY: “dobrar (algo/ um objeto) torcer/virar um objeto, provocando uma dobra”. Circunstância Y característica do termo A, neste frame: admite voz passiva.	Disjuntor Y “A esquina já estava dobrada”.

Vimos, neste primeiro exemplo, um caso em que o termo ambíguo (polissêmico) está presente nos dois frames iniciais, e está também na base da incongruência, ou bissociação, para a qual o leitor é direcionado pelo disjuntor, onde o elemento polissêmico está também presente.

2. Análise da piada 2 do Anexo. Consideramos este caso diferente do primeiro, porque o elemento ambíguo (polissêmico) não coincide com o que está na base da incongruência. Valendo-nos novamente dos conceitos de “determinismo” (e conseqüente “ruptura do determinismo”, cf. Fourastié, 1983) como instrumento para levantar as variantes “previsíveis” em cada frame utilizado, consideramos as previsões que, de acordo com as regras de convívio social nos ocorrem. Temos, então, como seqüência normal (previsível) dos dois frames:

PREVISÃO 1: “TOMAR” Frame de tomar algo (bebida, etc.) em um bar, na circunstância (importante para justificar a incongruência posterior) de que tal ação acontece **na presença de todos (fregueses e pessoal do bar)**.

PREVISÃO 2: “TOMAR” Frame de tomar alguma coisa (roubar) de alguém, na circunstância (importante para justificar a incongruência posterior) de que tal ação não acontece **na presença de todos**: ou é só na presença de quem é roubado, em caso de assaltos, ou é “às escondidas” (em caso de fraudes, por exemplo).

Sem a mudança de frames, não há bissociação. Assim, se alguma modificação (substituição de termo, subtração ou acréscimo de falas na seqüência do texto) confirmasse a escolha de apenas um dos frames, não haveria humor. Ocorre, pois, que, para eliminarmos o humor da piada acima, um dos recursos é substituir o termo “tomar” por “beber”, admitindo a existência de apenas um dos dois frames previstos __ o que parece, em princípio, provar que este verbo “comporta-se” como base de disjuntor. Dessa forma, ou o amigo poderia concordar (ou discordar) quanto à sugestão de beber algo.

Mas há a possibilidade de admitir a existência apenas do outro frame previsto, o que também eliminaria o humor da piada, ou seja: considerar que o “normal” (previsível) era Herr Hofrat estar realmente pensando em “assalto”. Nesta segunda hipótese, a surpresa do amigo seria causada apenas pela ousadia de Herr Hofrat em fugir de sua forma habitual de roubar (às escondidas) e pretender realizar um assalto a descoberto. De acordo com essa hipótese, poderíamos, por exemplo, imaginar uma seqüência de discurso em que Herr Hofrat, para contestar a surpresa do amigo, dissesse algo como: “Sou capaz de roubar em público, sem que as pessoas percebam”.

Diante desta constatação, devemos buscar, no discurso do narrador ou dos personagens o(s) elemento(s) que prove(m) que, na seqüência prevista para o primeiro frame (importante: **seqüência considerada mais previsível**, em termos de regras de convívio social), houve um dado que fez a situação tornar-se incongruente. Estes elementos são normalmente colocados nos finais das piadas, por se constituírem no ponto mais alto das

mesmas... e após o qual não se justifica mais prosseguir com a narrativa. Na piada em análise, “no ponto alto do texto”, encontra-se a **circunstância destacada no segundo frame como diferente da circunstância que caracterizava o primeiro**. Quando o amigo de Herr Hofrat diz: “*Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente!*”, a circunstância de “o lugar estar cheio de gente” é que é decisiva para provocar a surpresa. O leitor faz a seguinte avaliação (reflexão): se “tomar bebida em lugar cheio de gente” não se constitui em problema, de acordo com as regras de convívio social, é porque o “tomar” não deve ser entendido como “beber” e sim como “roubar”. É o espanto explícito do amigo que leva ao implícito acima (pressuposto: resultado de cálculo, com base no posto). É esta circunstância que aponta para o fato de que havia uma segunda interpretação (segundo frame) para o verbo “tomar”. O “mas” anuncia a oposição que se segue: quanto ao fato de o local estar cheio de gente. Esta oposição é que leva ao pressuposto: Herr Hofrat costuma “tomar” alguma coisa (roubar de alguém), mas quando não há testemunhas. Conclui-se que é incongruente, diante das regras de convívio social, alguém não querer tomar uma bebida em público, em um local que existe para este fim. A bissociação acontece, porque o espanto (de que a ação seja em público) da interpretação do amigo de Herr Hofrat mostra que ele interpretou “tomar” não por “beber algo”, mas por “roubar”. Se a circunstância indicada acima for retirada deste texto, o mal-entendido não se sustenta. Da mesma forma, na piada 2 (analisada acima) é incongruente a idéia de “ver alguém *torcendo* uma esquina para transformá-la na dobra que ela já é”. Podemos concluir que o verbo “tomar” é o termo polissêmico que participa dos dois frames, mas não é o elemento de base da incongruência. Devemos, pois, considerar o “disjuntor” o elemento que “aponta, de forma que nos parece sempre implícita, para a existência de um segundo frame”, como aconteceu com a circunstância analisada no último exemplo.

3. Análise da piada do Anexo 02.

<p><i>Termo (ou idéia) A: ALGUM BEM (é um objeto/ idéia comum aos dois frames iniciais)</i></p> <p><i>(Frames de origem: ambos previsíveis)</i></p>		<p>3º FRAME AX (ruptura do determinismo o imprevisível a bissociação) Idéia incongruente: “Jacó só dá algum bem que não possui.” (A incongruência nasce de um pressuposto: ao qual a frase final remete: se ele não dá a camisa, porque a tem, então aquilo que ele diz que dá é “porque não tem”). As pistas que apontam para o elemento incongruente são os tempos verbais: “daria” (hipótese) em oposição a “tem” (certeza) indicam o pressuposto: ele só dá o bem que é hipotético (ou: o “dar” para Jacó só existe em hipótese).</p>
<p>1º FRAME AX: Frame do TER (algum bem) Idéia AX: TER ALGUM BEM Circunstância X, característica do termo A, neste frame: Para se ter algum bem, é necessário haver o bem e a pessoa que o possua.</p>	<p>2º FRAME AY: Frame do DAR (algum bem) Idéia AY: DAR ALGUM BEM Circunstância Y, característica do termo A, neste frame: Para se dar algum bem, há a exigência de alguém (que o dá) ter o bem a ser dado.</p>	
		<p>Disjuntor Y Jacó dizer: “Não dou uma das seis camisas porque tenho as seis camisas”.</p>

Após a análise da piada (esquemática acima), cabe apenas mais um comentário: há um elemento comum: “algum bem” que, num frame participa do “ter” e, no outro, da ação de “dar”. Este elemento no “ter” é um pré-requisito para o “dar”, mas isso não se constitui num caso de ambigüidade, apenas num elemento que participa, semanticamente, dos dois frames (como em outras duplas de verbos, aliás, como: “perder” e “procurar”, do Anexo 09).

Concluimos, pelas análises feitas, que há textos com termos polissêmicos que estão na base do elemento incongruente; que há termos polissêmicos que não estão na base do elemento incongruente e, finalmente, que há piadas sem qualquer elemento polissêmico. Se considerássemos que o disjuntor é o elemento polissêmico comum aos dois frames, mas que **não** está na base da frase incongruente, que nome daremos ao elemento que fica na base da incongruência (remetendo a ela), no segundo e no terceiro caso? Entendermos que este elemento na base da incongruência (da “bissociação”) é que se constitui no **disjuntor**, é, pois, com este significado que utilizaremos esta denominação em nossas análises. Diante disso, não consideramos o disjuntor apenas um “termo”, desde que o elemento na base da incongruência é representado normalmente por uma frase.

O questionamento feito acima leva-nos à seguinte conclusão: o disjuntor é o elemento concreto (ou seja: “presente no texto”), que aponta para a “disjunção”. A disjunção (bissociação) pode ser representada por uma frase que “traduz” e sintetiza a incongruência, e o disjuntor está na base desta “frase-síntese”, ou seja: ele apresenta elementos explícitos que se constituem em parte da informação da idéia incongruente, ao mesmo tempo que remete, de forma implícita, para os elementos que completam esta idéia. Para “completar” a frase-síntese da incongruência, em cada análise, bastou acrescentar ao disjuntor o elemento que ficou elíptico.

O “termo-âncora”

Um procedimento adotado por nós para reconhecer o ponto onde se processava a bissociação foi o que em nosso trabalho denominamos “cancelamento do humor” ou “neutralização do humor”, a saber, a substituição (mínima possível) de termos que transformasse a piada em um texto sem “graça”, mas que conservasse a coerência do mesmo. A maioria dos testes apontou para a frase disjuntora. Constatamos, entretanto, que há, por vezes, mais de um ponto na piada que aceita este tipo de substituição. O cancelamento às vezes não foi feito diretamente sobre o disjuntor, mas conseguiu atingi-lo (neutralizá-lo), o que acontece em pontos que estejam intimamente ligados à idéia incongruente. Um exemplo de termo-âncora é o verbo “tomar” na piada 3, acima. Substituindo-se o referido verbo por “roubar” (que elimina a ambigüidade), o termo deixou clara a opção pelo segundo frame de nossa análise e a frase final (“Mas Herr Hofrat, o luga está cheio de gente!”) perde o caráter de “disjuntor” e serve apenas ao único frame sugerido.

2.4. Recursos e mecanismos criadores de humor em relação ao código

A classificação do humor por Travaglia (1991) é feita por categorias, considerando, entre outras: humor quanto à forma de composição; humor quanto ao objetivo; etc. Na categoria “o que provoca o riso”, Travaglia (1991) indica scripts e mecanismos provocadores de humor. Os scripts propostos pelo autor são: script da estupidez (piada 09), da esperteza ou astúcia (piada 13), do absurdo (piada 38), do ridículo, e o da mesquinhez ou avareza (piada 14). Observamos que todos esses scripts recorrem sempre a algum dos tipos de mecanismo, mas o oposto não acontece, ou seja: há mecanismos que não trazem exemplo de nenhuma forma de script.

Levando em consideração o fato de que Travaglia (1991) baseou-se em programas humorísticos de televisão, verificamos _antes de adotar os scripts e mecanismos propostos pelo autor_ se os mesmos seriam aplicáveis ao código lingüístico especificamente, tendo em vista que não dedicamos maior destaque ao código não-verbal (e, quando houve referência a ele, utilizamos o termo “situacional”, englobando todos os recursos não-verbais).

Dos quinze mecanismos propostos pelo autor, excluímos o do “quebra-línguas”, por prestar-se unicamente à língua oral, ficando com a seguinte classificação: mecanismo da cumplicidade (piada 41), da ironia (piada 31), da mistura de lugares sociais ou posições de sujeito (piada 32), da ambigüidade (piada 21), do uso de estereótipo (que não analisamos especialmente, por considerar que os scripts são casos de estereótipos), da contradição (piada 29), da sugestão (que consideramos muito próxima da “alusão” e que se constitui, provavelmente, no mesmo mecanismo: piada 28), da descontinuidade ou quebra de tópico (piada 39), da paródia (piada 27), dos jogos de palavras (Anexo 23), do exagero (piada 17), do desrespeito a regras conversacionais (piada 16), das observações metalingüísticas (como na piada “one-liner”: “Carteiro feliz e o que gosta de sê-lo.”), e da violação de normas sociais (piada 18). Por exigências de nossas análises, levantamos a hipótese da existência de mais dois mecanismos: o mecanismo da inversão e o da focalização. Os mecanismos propostos por Travaglia (1991) acham-se amplamente exemplificados no artigo onde a teoria é proposta (não sendo tarefa difícil verificar sua aplicabilidade ao texto exclusivamente verbal, como nos exemplos citados). Os dois mecanismos que sugerimos acrescentar à lista do autor serão trabalhos no item “Resultados e discussão”.

2.5. Os níveis de compreensão: explícito, o implícito e o metaplícito

Na construção do sentido de um texto, o leitor é levado a percorrer três níveis de profundidade no processo de compreensão: o explícito, o implícito e o metaplícito. O conteúdo explícito apóia-se no conhecimento compartilhado de mundo de emissor e receptor, conhecimento este muito abrangente e do qual o “dito” se constitui em um recorte direcionado ao

tema do discurso. O conteúdo explícito corresponde àquilo que o autor apresenta claramente, expresso nas linhas do texto; o que está efetivamente escrito. A reconstrução do conteúdo explícito é resultado de uma atividade de decodificação, somada à capacidade de interação do leitor com autor e texto. O segundo procedimento, o “não-dito” apóia-se na certeza que emissor e receptor têm de que o primeiro deixa ao segundo “pistas” que o ajudem a reconstruir o sentido pretendido; informações implícitas que, embora não explicitamente escritas, devem ser “lidas” como parte do sentido (e buscadas igualmente no metaplícito). São dados recuperáveis a partir de outros que vêm expressos por via lingüística e esta recuperação é feita a partir do conhecimento sistêmico do leitor (nos níveis sintático, lexical e semântico), ao qual se acrescenta o conhecimento pragmático (conhecimento de intenções de autor e leitor). Em relação ao metaplícito, ficamos com o conceito de Poersch (1991:131):

“O conteúdo metaplícito é aquele que só pode ser construído mediante a situação de comunicação; só pode ser construído pelo leitor que tem conhecimento do contexto. Portanto, não cabe a qualquer leitor a possibilidade de construir esse sentido; varia de leitor para leitor, dependendo da quantidade e da qualidade de dados que ele possui acerca da situação em que o ato de comunicação se insere. O leitor utiliza dos elementos externos ao texto, dados relativos ao escritor, dados relativos aos destinatários, ao relacionamento entre escritor e leitor e, enfim, dados relativos ao contexto histórico, geográfico, social e cultural. O sentido metaplícito corresponde à maneira como o texto deve efetivamente ser lido, como o significado deve ser interpretado. Vai, portanto, além do mero conhecimento lingüístico e do conhecimento de mundo nele integrado (embutido)”.

É importante notar que também faz parte do conhecimento metaplícito o conhecimento das regras do convívio social da comunidade a que o falante pertence, embora no texto de humor elas sejam apresentadas de forma implícita.

O nível implícito engloba duas formas : o pressuposto e o subentendido.

Para uma demonstração de caráter mais prático, citamos a análise que Ducrot (1978) propõe para a frase: « Pedro parou de fumar ». Neste exemplo, o posto é: “Pedro não fuma atualmente”; o pressuposto é: “Pedro fumava anteriormente”, e um dos subentendidos possíveis: “Pedro tem mais força de vontade que você”. A informação nova, aquilo que o autor “põe” no texto é o posto: é o recorte que delimita um tema extraído do “universo metaplícito”; por isso, nas análises, descrevendo elementos dos três níveis, entendemos que o metaplícito corresponde a um “recorte geral” deste tema, enquanto o “posto” é o específico deste aspecto genérico. Quanto ao implícito, deve também ser buscado no metaplícito, de acordo com as “pistas”

fornecidas pelo posto. Os pressupostos são informações consideradas como previamente conhecidas de autor e leitor e as quais ambos devem assumir como verdadeiras, para poderem considerar os “postos” pertinentes. Os subentendidos são informações que o locutor tira do enunciado, mas sobre as quais o locutor pode negar a intenção de dizer.

Não nos aprofundaremos na distinção entre pressuposto e subentendido, cujo estudo encontra-se nos autores citados. Apresentamos apenas uma síntese das características de ambos.

1. **Pontos em comum:** São ambas formas de implícito, que exigem uma operação de inferenciação. “*Não se constituem, em princípio, o verdadeiro objeto do dizer (enquanto que os conteúdos explícitos correspondem, sempre em princípio, ao objeto essencial da mensagem a ser transmitida)*”¹³ (Kerbrat-Orecchioni: 1998: 21-22). Pressuposto e subentendido ligam-se a um tipo de contexto, ou seja, o subentendido liga-se ao co-texto (ou contexto lingüístico mais imediato), enquanto o pressuposto liga-se a um contexto maior: o contexto “*social, histórico e ideológico em que a interlocução ocorre.*” (Arruda-Fernandes, 1997). A fronteira entre ambos não é bem delineada.

2. Os **pressupostos** integram a significação do enunciado, são elementos necessários a sua compreensão, porque correspondem a “evidências” supostamente partilhadas pela comunidade falante. Do ponto de vista do locutor, precisam estar presentes na situação discursiva, sendo um conteúdo imposto ao interlocutor e têm, na sua aceitação, uma espécie de condição prévia à continuidade do discurso. São “fechados” e, conseqüentemente, em número limitado

3. Os **subentendidos** : são conteúdos sugeridos de forma a não haver comprometimento da parte do locutor, embora tenham caráter pragmático (nascem de alguma intenção do locutor, ainda que não admitida por este). “O subentendido é construído como resposta à pergunta: ‘Por que o locutor falou como falou?’ “ (Ducrot, 1978: 45). Não se constituindo em evidências divididas entre os interlocutores, os subentendidos podem ser abertos e inúmeros, escapando ao controle do locutor e podendo gerar mal-entendidos. O destinatário conclui os subentendidos à sua revelia e, por isso, fica com a responsabilidade de sua interpretação. O subentendido possui, segundo Maingueneau (1996b: 77) três características:”1. *Sua existência é associada a um contexto particular; 2. Pode ser decifrado graças a um cálculo do enunciador; 3. O enunciador sempre pode recusá-lo, refugiando-se atrás do sentido literal.*” Suponhamos o exemplo: *Maria vê José, seu marido, pela manhã (após uma noite de farrá) e diz-lhe: __ Puxa! Você está tão abatido!*

¹³ “Les contenus implicites (présupposées et sousentendus) ont en commun la propriété de ne pas constituer en principe, le véritable objet du dire, tandis que les contenus explicites correspondent, en principe, toujours, à l’objet essentiel du message à transmettre” (Kerbrat-Orecchioni: 1998: 21-22).

Se José entender que Maria pretende reprová-lo, por supor que seu aspecto deve-se a uma noite “de farra”, ela pode alegar que seu discurso pretendia apenas indicar uma preocupação com o estado de saúde do marido, sem outras intenções (o que mostra o caráter pragmático do subentendido).

Os critérios clássicos para testar a presença de pressupostos eram os “testes da negação e da interrogação”, que consistiam em submeter a frase a transformações: para a forma negativa (*Pedro não parou de fumar*) ou para a forma interrogativa (*Pedro parou de fumar?*). Em ambas as transformações, mantêm-se o pressuposto: *Pedro fumava anteriormente*.

Entretanto, em artigo de 1978, Ducrot reconhece que os critérios clássicos não se aplicam a muitas frases, como a do exemplo seguinte: *Fui à Alemanha com Pedro*. Esta frase, mesmo submetida aos testes acima (como o da negação: *Não fui à Alemanha com Pedro*) causa um problema de interpretação. Ao escolher qual das duas informações destacar: “*Fui à Alemanha*” ou “*Viajei com Pedro*”, o interlocutor deve distinguir qual será apresentada como posto e qual será o pressuposto. Ducrot (1978) observa que situações semelhantes acontecem com muitas frases que, segundo expressão sua, têm “conteúdo informativo múltiplo”. Ducrot (1978) sugere então o teste do encadeamento, que leva em conta o “enunciado em contexto, baseia-se na tematização” (Maingueneau, 1996a). Segundo Ducrot (1978), “não é possível fazer encadeamentos a partir do pressuposto, mas apenas a partir do posto”, desde que só se encadeia sobre a informação nova, nunca sobre um conhecimento tido como “consensual” entre os parceiros do discurso. Assim, nas transformações: (a) “*Fui à Alemanha com Pedro, quando o país estava em festa*” e (b) “*Fui à Alemanha com Pedro, que se mostrou um ótimo companheiro de viagem*” teríamos, em: (a) pressuposto: viagem em companhia de Pedro (informação secundária) e posto: ida à Alemanha (informação principal); e em (b): pressuposto: ida à Alemanha (informação secundária) e posto: viagem em companhia de Pedro (informação principal). Há, pois, duas interpretações para a frase em análise, desde que a mesma pode responder a duas questões: Com quem tu visitaste a Alemanha? O que tu fizeste junto com Pedro?

Considerando a complexidade de indicação de certos pressupostos que, de acordo com os próprios autores consultados, por vezes são difíceis de distinguir dos subentendidos, adotaremos o critério que expomos a seguir, ou seja: são subentendidos os implícitos que admitirem uma “retração” da parte do locutor (com possibilidade de “fuga” para uma interpretação, ao ter sua intenção reconhecida pelo interlocutor); e consideramos pressupostos os implícitos que estiverem circunscritos aos mecanismos criadores de pressuposição que estudamos a seguir.

2.6. Mecanismos lingüísticos criadores de pressuposição

(ou “marcadores de pressuposição” ou ainda “estruturas pressuposicionais”)

Fizemos um levantamento de dezenove desses mecanismos.

1. O mecanismo que parece ser considerado mais comum entre os autores é o dos **“pressupostos existenciais”**, em que o simples fato de se fazer referência a algum ser, no enunciado, pressupõe a existência do mesmo. Assim, no exemplo: *José reconciliou-se com a esposa* pressupõe-se que exista uma pessoa chamada “José” e que José tenha uma esposa.

2. O **mecanismo em que o verbo regente é um verbo subjetivo**, “é um tipo de verbo que implica um julgamento de valor sobre a completiva”, no caso, a subordinada (Maingueneau, 1996b). No exemplo: *Suspeito que ele esteja aqui*, a subordinada representa um pressuposto, este gerado pelo significado do verbo da principal, ou seja: independente de qual seja a conteúdo semântico que a subordinada venha a veicular, é uma informação que causa suspeita. Kerbrat-Orecchioni (1998: 38) inclui, no conjunto geral de “verbos subjetivos” regentes (ou reitores da oração principal), os verbos factivos (que pressupõem a verdade) e os contrafactivos (que pressupõem a falsidade do conteúdo da subordinada).

3. **Mecanismo dos “pressupostos ligados aos “sistemas subordinantes”**. Koch (1997) destaca o fato de que, sendo a oração subordinada um complemento do significado do verbo regente da principal, no conteúdo deste verbo há, portanto, um pressuposto. Acreditamos que este mecanismo seja um pouco diferente do relacionado acima, em que o verbo da principal é o responsável pelo tipo de pressuposição. Neste mecanismo, são determinados elementos característicos das subordinadas que levam a um pressuposto. Kerbrat-Orecchioni (1998: 38) refere-se aos “sistemas subordinativos: orações comparativas, hipotéticas, causais...” como “tipos de suportes responsáveis pela existência de pressuposição”, enquanto Koch (1997: 46) refere-se a “certos conectores circunstanciais, especialmente quando a oração por eles introduzida vem anteposta: *desde que, antes que, depois que, visto que, etc.*” Cita, entre outros, os exemplos: 1. *Desde que Luís ficou noivo, não cumprimenta mais as amigas* e 2. *Visto que você já conhece esse assunto, falemos de coisas mais interessantes*. No exemplo 1, o pressuposto é de que “Luís ficou noivo” e, em 2, o pressuposto é: “você já conhece esse assunto”.

Incluimos análises nossas, como da comparativa seguinte: *João bebe como uma esponja*, em que fica o pressuposto de que “uma esponja bebe (muito)”. Outro exemplo: *Chorou tanto que ficou rouco*, em que a primeira oração condiciona a presença de um pressuposto na oração seguinte: uma conseqüência (no caso, o “ficar rouco”). Ainda que o conteúdo pressuposto não possa ser previsto e se enquadre mais na categoria dos subentendidos (podendo haver outros tipos de conseqüências: ficou com o nariz vermelho, ...dormiu, etc.) é “a expectativa de uma conseqüência” que fica pressuposta.

4. **Mecanismo dos “verbos aspectuais”**, ou “verbos que marcam o aspecto”, ou “mecanismo com verbos semi-auxiliares(...) que marcam o aspecto”; e ainda “verbos que indicam mudança, permanência ou cessamento de estado”: o verbo incoativo, que marca o início de um processo, como no exemplo: *Maria começou a chorar*, em que o auxiliar “começou a” indica o início do processo e deixa o pressuposto de que *Maria não chorava antes*; bem como o pressuposto de que o “choro” não estava ainda em curso. No exemplo: *João deixou de fumar*, o auxiliar “deixou” marca a interrupção de um processo e pressupõe que o mesmo já acontecia antes. São também exemplos: “parar de, continuar a, pôr-se a”, citados por Kerbrat-Orecchioni (1998: 38). Também fazem parte deste mecanismo, a nosso ver, os morfemas (sufixos e prefixos que acrescentam um novo aspecto ao verbo, como em: recomeçar; predizer, contracenar, transcodificar etc.).

5. **Mecanismo dos “verbos transformativos”**. Embora Kerbrat-Orecchioni (1998: 38), apresente este item e o anterior agrupados, preferimos seguir Schott-Bourget (1994: 67), que diferencia este mecanismo do dos verbos aspectuais. Segundo ela, os verbos “transformativos” são “verbos que comportam em si mesmos a noção de limite além do qual a ação não pode ser prolongada, mas somente recomeçada”. Acreditamos que façam parte deste mecanismo os morfemas que acrescentam a idéia de mudança a certos verbos, com, por exemplo, o prefixo “des” (desfazer anular o que estava feito); o sufixo “ecer” (apodrecer tornar podre o que não estava), emudecer (ficar mudo, quando antes falava) etc. No exemplo: *Assentei-me*, há uma passagem do estado de “estar de pé” (estado anterior pressuposto) para o de “estar assentado”, diferentemente (a autora frisa) de casos como: *Eu andei muito*, em que a ação não indica nenhuma transformação. Neste exemplo, podemos supor um “acrécimo/ou não” de “andar”, ao “muito” já caminhado. A diferença é que o verbo do último exemplo não indica o término da ação.

6. Chamaremos o número seis de “**mecanismo dos marcadores aspectuais não-verbais**” (a denominação __de responsabilidade nossa__ deve-se ao fato de este mecanismo, nos textos dos autores consultados, ter vindo sob um mesmo título: englobando o mecanismo dos verbos aspectuais). Embora a pressuposição seja criada a partir de um “aspecto”, resulta, *não do uso do aspecto verbal*, mas do emprego de certos advérbios. É o caso de “certos morfemas como: *mas, também, mesmo, de novo, já, ainda*” Kerbrat-Orecchioni (1998: 38), como no seguinte exemplo: *João ainda trabalha naquela loja*, caso em que é o advérbio “ainda” que traz a noção de duração e de repetitividade, levando à pressuposição de um processo igualmente em curso.

Registramos a existência de outros marcadores do tipo adverbial, que geram pressuposições, tais como: *sempre, além de, de repente, enquanto, depois, antes*, etc., mas acreditamos que o levantamento e a análise dos mesmos exigiria uma pesquisa quase exclusiva.

7. **Mecanismo dos “epítetos não restritivos”** ou, “epítetos não determinativos”, ou “expansões adjetivais ou relativas”. Esse caso engloba adjetivos ou orações que correspondem a um adjetivo oracionado (explicativas) ou ainda relativas apositivas (que Maingueneau, 1996b apresenta como um outro caso, mas que preferimos tratar como um mesmo tipo de fenômeno). No exemplo seguinte, extraído de Schott-Bourget (1994: 67): *Os alemães, que bebem muita cerveja, são gordos*, há o pressuposto: os alemães bebem muita cerveja. No exemplo citado por Maingueneau (1996b: 99): *“Vauban criticou a faustosa corte de Luís XVI”*, há o pressuposto de que “a corte de Luís XVI era faustosa”.

8. **Mecanismo das interrogações parciais** ou “interrogações de constituintes”. Toda interrogação parcial recai sobre um elemento “posto” da frase, deixando a informação restante como pressuposta: é então um mecanismo que (a nosso ver) gera um pressuposto por “exclusão”, desde que a interrogação incide sobre o posto, dando o “status” de pressuposto ao que “sobra” da aplicação do referido mecanismo, como no exemplo: “José está chegando” que, para a pergunta *Quem está chegando?* faz pressupor: *Alguém está chegando, ficando José* como o elemento posto (informação nova). Da mesma forma para o exemplos *Paulo foi ao cinema com Maria*, em que, para a questão *“Quem vai ao cinema com Maria?”*, obtém-se: “Paulo”: posto (informação nova) e pressupõe que *“Paulo vá a algum lugar com Maria”*, etc.

9. **Mecanismo das construções clivadas**, ou das “estruturas clivadas”, nas quais o termo “cortado” da seqüência normal (ordem direta da frase) é destacado e, dessa forma, adquire o estatuto de “posto”, deixando como pressuposta a informação restante. É outro mecanismo que, semelhantemente ao anterior, atua por “exclusão”. Veja-se o exemplo seguinte: *Foi Cláudia que encontrei na rua*, em que se pressupõe que “encontrei alguém na rua”, ficando como “posto” (novo) o fato de essa pessoa ser “Cláudia”. Entendemos que “clivar um termo” é apenas uma das formas de enfatizá-lo, razão pela qual todo termo ao qual se dá ênfase adquire, em princípio, o caráter de posto, em relação ao restante do enunciado, que fica como pressuposto.

10. **Mecanismo das descrições definidas e descrições indefinidas**. Maingueneau (1996b: 99) cita simplesmente exemplos como “o meu amigo João” que leva à pressuposição de que se trata de uma pessoa conhecida de locutor e interlocutor. Schott-Bourget (1994: 69), embora os considere também um mecanismo, não lhes dá uma denominação especial e cita, da fábula de La Fontaine, *O Lobo e o Cordeiro*, o emprego tanto do artigo definido quanto do indefinido, considerando que também este causa pressuposição. Assim: *“Um cordeiro se saciava (dessedentava)...”* leva ao pressuposto de que há outros cordeiros, enquanto que, em: *“Senhor, responde o cordeiro...”*, o pressuposto é de que o cordeiro, nesta altura da narrativa, já pertença ao domínio do conhecido.

11. **Mecanismo das “expressões definidas” e da “nominalização”** em que um exemplo é: “o *desespero* de Paulo”, que leva ao pressuposto de que Paulo está desesperado. O substantivo citado desta forma leva ao pressuposto de que já houve uma referência anterior a ele, ainda que o mesmo tenha sido “apresentado” primeiro no texto sob a forma de um verbo conjugado (Exemplo: *Paulo desesperou-se com a notícia. O desespero dele era visível*) ou mesmo deduzido do contexto, de uma “situação”.

12. **Mecanismo de anáforas com hipônimos ou hiperônimos**, (às vezes citados apenas como casos de implicações) e dos quais encontramos inclusive o exemplo seguinte (bastante simplificado): “cadeira é um assento” (Kerbrat-Orecchioni, 1998: 38). Acrescentamos o exemplo de Koch (1996: 46): *O professor mandou os alunos observarem os quadrados, os retângulos e os trapézios. Os quadriláteros encontravam-se empilhados...*, em que se pressupõe que o termo “quadriláteros” corresponda aos elementos anteriormente discriminados.

13. **Mecanismo das anáforas implícitas** ou “mecanismo de restrição seletiva”, para o qual Kerbrat-Orecchioni (1998: 38) apresenta exemplos do tipo (em adaptação nossa): “Sasha latiu Sasha é, então um cachorro”; ou “X é um alazão”, logo, “X é um cavalo” (caso diferente do anterior, porque é um atributo do elemento geral que indica que há um elemento específico implicado).

14. Kerbrat-Orecchioni (1998: 38) cita ainda como criadoras de pressuposição o **mecanismo das “relações de contraste”**, que ela exemplifica com “Esta cadeira é vermelha”, que leva ao pressuposto “a cadeira não é verde”. Acreditamos que, nesta perspectiva, não se pode dizer apenas que “toda frase negativa traz, implícita, uma afirmativa de conteúdo contrário” (de acordo com a Análise do Discurso e, antes dela, a Lógica); mas também que “há afirmativas que pressupõem o oposto”, ou seja, pressupõem a negação do conteúdo afirmado (talvez por serem afirmativas que contradizem algum dado situacional __ fato que não tivemos oportunidade de investigar). Um outro exemplo é a fala daquele nobre inglês (cujo nome ignoramos) que, em entrevista, dizia ao repórter que ele (o nobre) era uma pessoa simples. Parece óbvia a pressuposição: “Há quem diga que não sou uma pessoa simples”.

15. **Mecanismo de verbos que trazem implícita uma dêixis de lugar**. Ilari (1985), falando das relações do lingüístico com a situação de fala, afirma que “a interpretação (de uma frase) pode depender crucialmente da situação não-lingüística em que a frase é pronunciada”. Cita dois casos: (a) as condições de felicidade e (b) o reconhecimento de dêiticos e anafóricos. Após citar expressões que variam em função da situação de fala, os dêiticos, ele diz que: “há uma dêixis de lugar envolvida implicitamente na maioria dos usos de *ir e vir, trazer e levar* (o primeiro verbo de cada par não se usa nunca para descrever um movimento cujo destino é o lugar onde se encontra o locutor: o segundo do par tem que ser utilizado nesses casos)” (Ilari, 1985: 41). Assim, no exemplo: *Maria levou meus discos*, o verbo “levar” pressupõe

que *meus disco*” estivessem (antes) no lugar onde se dá a enunciação (de onde o “eu”, dono dos discos, fala); e que Maria, juntamente com os discos, estiveram neste lugar, mas não estão mais ali.

Além dos verbos citados por Ilari (1985), fizemos o levantamento de alguns outros (*deixar, abandonar, sair, chegar, etc.*, em lista a ser ampliada em possíveis pesquisas), que embora semelhantes aos verbos citados pelo autor, apresentam traços semânticos um pouco diferenciados, como no exemplo seguinte: *Sem tempo de dizer ‘ouf’... nossos corpos nos abandonam.*” *Désireless, “Ouf”, in CD 199-, Paris: ABC*), em que um dos traços semânticos do verbo “abandonar” é o de haver dois elementos que se distanciam um do outro. Com base neste traço, chega-se ao pressuposto de que o(s) ser(es) “nós” não corresponde(m) a “nossos corpos”, desde que “abandonado pelos corpos”, o “nós” ainda fica (no local da enunciação). Surge novo implícito (um provável subentendido?): tais corpos constituem-se em algo que se “acrescenta” à essência (que está no “nós”).

16. Entendemos que, entre os mecanismos criadores de pressuposição (não citados pelos autores consultados), seja possível incluir o **mecanismo de certos tempos e modos verbais**, porque, no aspecto modal, trazem pressupostas as circunstâncias que caracterizam o modo, como “indicação de um fato dado como certo”, “hipótese”, “ordem”, etc.; enquanto no aspecto temporal, trazem outros tempos pressupostos, como, por exemplo, o verbo no futuro do pretérito composto. Vejamos o exemplo seguinte: *Naquela época, eu o teria escutado, se tivesse tido tempo*, em que a forma verbal perifrástica “teria escutado”, (ou “escutaria”) além de pressupor o momento presente como o da enunciação, leva à pressuposição de um momento no passado em que a ação era encarada como um futuro provável, como a “possibilidade” de o enunciador escutar a outra pessoa (se cumprida a condição exposta na outra oração).

17. Acreditamos que o uso de certas palavras, como as interjeições, que trazem um julgamento sobre uma situação (e não sobre um enunciado), também possa ser considerados **mecanismos interjetivos** criadores de pressuposição, como no exemplo de uma das piadas de nossas análises, em que a interjeição “Ai, Jesus!”, feita pelo português, indica uma situação de aflição.

18. **Mecanismos que pressupõem algum dado numérico**, seja de quantidade ou de ordem, como nos termos seguintes: *terceiro* (pressupõe uma ordem e a existência de dois elementos anteriores ao designado como “terceiro”); *primeiro/último* (pressupõem uma “seqüência”); *outro* (pressupõe a existência de mais um elemento distinto deste); *algum* (um, entre vários), etc. Consideramos também parte deste mecanismo certos conectores como: *e, além de, também*, etc. que também pressupõem, na seqüência do texto, o “acréscimo” de um elemento ou de um dado. Numa visão mais geral do mecanismo de “anáforas implícitas” ou “restrição seletiva”, os dados numéricos aqui relacionados poderiam ser considerados um tipo daquele,

mas julgamos que, além de implicarem a existência de outros elementos, direcionam o pressuposto especificamente para o número destes elementos. 19. Também consideramos a existência de um **mecanismo dos processos metafóricos** (como a comparação e a ironia) e **retóricos** (tais como a elipse) e outros casos ligados a tais processos, como a **polifonia**, em que o sentido “figurado” se constitui em outra “voz”, implícita e, acompanhando esta nova voz, novos significados, novos pontos de vista e novas intenções, como numa das piadas que analisamos, em que a personagem, no seu dito “Eu sou uma mulher de sorte!” quer afirmar justamente o não-dito, que é o contrário.

Estamos certos de ainda haver inúmeros casos que oferecem condições para a criação de pressupostos, mas supomos que tal levantamento demandaria uma pesquisa exclusiva do assunto.

Todos os casos vistos deixam evidente que a não-leitura (ou a leitura inadequada) dos pressupostos prejudica a compreensão do texto.

3. METODOLOGIA

Após consultarmos uma média aproximada de 3880 (1590 em forma de diálogos e aproximadamente 2290 “one-liners”¹⁴; num conjunto constituído, basicamente, pelas tradicionais piadas de bêbado, de português, de político, de infidelidade, do tipo “non-sense”, etc.), selecionamos primeiramente 57 textos que exemplificassem os mecanismos criadores de humor propostos por Travaglia (1991). Fizemos o levantamento dos primeiros frames (dois, às vezes três) que constituíam a estrutura de base de cada piada, os quais denominamos “frames de origem”, e apontamos, nos mesmos, os elementos que faziam a interseção entre esses subconjuntos. Se houve necessidade de fazer referência a tais itens, foram descritos como “elementos comuns aos frames de origem”. Estudamos as “previsões” para cada frame de origem, tendo como referência a seqüência congruente (previsível, em termos do “determinismo”, cf. Fourastié, 1983).

Chegamos, assim, aos elementos que se chocavam com o previsível e criavam uma incongruência, na qual reconhecemos a bissociação (ou terceiro frame). Testamos o ponto da bissociação e localizamos os disjuntores de cada piada, a partir da “técnica de neutralização do disjuntor” (forma como denominamos, em nossa pesquisa, a eliminação do humor da piada, por meio da substituição do elemento básico da incongruência da mesma). Submetemos os textos à leitura individual de trinta alunos do 1º Ano de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Patos de Minas (turma de

¹⁴ Não encontramos a definição de piadas “one-liners”, mas, pelos exemplos analisados por estudiosos do humor, deduzimos que se trata de “piadas de uma linha” que podemos, de forma mais completa, considerar “piadas de uma só fala”, visto que uma fala (conselho, máxima, definição, etc.), às vezes ocupa até mais de duas linhas.

2000), como um teste, cujo objetivo foi o de confirmar a localização do disjuntor de cada piada. Para resguardar ao máximo os textos originais, foi recomendado que, na tentativa de eliminar o humor do texto, as eliminações (ou trocas feitas nos enunciados) se restringissem a um mínimo possível e que conservassem a coerência do texto. As modificações feitas pelos informantes atingiam diretamente o disjuntor (base da idéia incongruente) ou outros pontos (“termos âncoras”) que, fora do disjuntor, estavam semanticamente ligados a ele. Houve depois a necessidade de substituir piadas de textos que não se mostraram produtivas em relação a nosso objetivo (as substituições ou trocas ficaram incoerentes). Com essas trocas finais, o corpus atingiu um total de sessenta textos.

Comparamos os resultados deste teste a nossas análises e resumimos essa incongruência em um período formalmente coerente, por nós denominado: “frase-síntese da idéia incongruente”.

Determinado o disjuntor, ou o ponto em que a bissociação se manifestava, estudamos estes resultados em relação aos critérios de criação do pressuposto. Quando os pressupostos surgiam, destacávamos a causa da formação dos mesmos, observando mais especificamente os mecanismos que influíam na “frase-síntese da idéia incongruente”. Considerando que o nível metaplícito está na base, tanto do explícito quanto do implícito (constituindo-se o texto num recorte do universo metaplícito), este nível não foi apontado como elemento específico no processamento do texto de cada piada. Entretanto, ao fazer a descrição dos dados que apontavam para as regras de convívio social (elementos metaplícitos) violadas na piada, observamos o recurso a esses dados metaplícitos, aos quais se chegava por meio de implícitos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO - Análises de mecanismos criadores de humor, nos níveis explícito, implícito e metaplícito

Apresentaremos uma amostra das análises feitas, na busca da localização do nível de processamento do humor, bem com a discussão concomitante de fatos lingüísticos detectados e de aspectos mais conclusivos durante o processo de suas análises. O texto analisado (piada 4 do Anexo) exemplifica o mecanismo (criador de humor) da cumplicidade (cf. Travaglia, 1991). Ao final desta parte, demonstraremos os dois mecanismos que sugerimos acrescentar à lista proposta pelo autor.

Esquema: Os frames (e a bissociação) e os níveis de compreensão

<i>Disjuntor: "Você não saberá por que está batendo, mas ela vai saber porque está apanhando!"</i>		
<i>Termos (ou idéias) comuns aos dois frames de origem do texto: "o casal e o espancamento (sugerido)".</i>		
<i>Frames de origem</i>		<i>FRAME da BISSOCIAÇÃO item (a) do frame 1 levaria a um dos dois ingredientes do frame 2, sendo que uma associação com o ingrediente (a) do frame 2 seria mais previsível que com o (b) de 2. Há a bissociação, quando o locutor sugere ao homem que associe o item (b) do frame 1 ao item (a) do frame 2 (associação mais improvável).</i>
<i>Frame 1: Frame de "marido que bate na mulher".</i>	<i>Frame 2: Frame de "mulher que apanha do marido"</i>	
<i>(a) O homem sabe a razão de bater;(b) o homem desconhece uma razão para bater.</i>	<i>(a) A mulher sabe a razão de apanhar;(b) A mulher desconhece uma razão para apanhar.</i>	<i>Frase síntese da idéia incongruente: "A mulher, pelo fato de estar apanhando, encontra um motivo que justifique a atitude do marido".</i>
(a) Implícito (b) Explícito	(a) Explícito (b) Implícito	EXPLÍCITO (1b) e IMPLÍCITO (2b)

O mecanismo da cumplicidade em textos não se processa no nível da narrativa, mas num processo que vai do nível endofórico para o exofórico, ou seja: do personagem (elemento virtual, interno ao texto) para o leitor (elemento da realidade, externo ao texto) o que se constitui, a nosso ver, em uma forma de metalinguagem. Aqui temos um exemplo de cumplicidade entre homens. Entra aqui também o mecanismo da inversão, porque a mulher encontra um motivo para apanhar, só porque está apanhando (o que é tautológico).

Níveis de compreensão. No nível explícito, há um enunciador que se dirige a um interlocutor e diz-lhe para bater na esposa e apresenta o que parece ser uma explicação para o ato sugerido. O enunciador dirige-se a um homem, este, no nível implícito, inferido da expressão "sua mulher" (homem que é provavelmente o leitor) para dar-lhe um conselho (implícito no uso do imperativo). O *porque* deixa implícita uma explicação para o conselho dado, mas, como não apresenta a explicação de forma explícita, deixa margem a subentendidos que se ligam textualmente pelos termos: "sua mulher, bata, você não sabe, ela vai saber", ou seja: criam um contexto de marido que espanca a mulher e que justifica tal atitude na possível infidelidade da esposa. Este implícito é do tipo subentendido, porque, numa situação real, o enunciador poderia esquivar-se de ter sugerido tal interpretação, dizendo (por exemplo) que a explicação era de que a mulher gastara todo o dinheiro do marido, etc. Muda-se a idéia de traição conjugal, mas fica sempre o

implícito (agora do tipo pressuposto) de que a mulher *merecia* apanhar porque teria feito algo reprovável. Como um ponto de interseção, que é, normalmente, um conhecimento implícito, comum à vítima e ao agressor, está implícita, entre os verbos disjuntivos (“bater” e “apanhar”), a circunstância de causa _causa comum às duas situações. Esse conhecimento pode existir apenas da parte de quem bate, mas é absurdo existir apenas da parte de quem apanha. Desde que a piada sugere isto, fica o implícito (subentendido) de que, sendo uma razão que o marido “possivelmente desconhece”, é certamente algo ligado a alguma forma de traição por parte da mulher. O implícito é do tipo subentendido, porque se pode alegar que a traição da mulher (embora o mais comum seja considerar apenas a forma da infidelidade conjugal), pode ser também de outro gênero, como em negócios comuns ao casal, por exemplo.

No nível metaplícito, há o conhecimento dos hábitos existentes na maioria das “culturas”, entre os quais o de maridos que espancam as mulheres quando julgam (ou mesmo quando não julgam) que exista uma razão para isso. Há o conhecimento lingüístico de que o conector “porque” liga fatos às causas desses fatos. Há ainda o conhecimento lingüístico de que o “mas” opõe idéias e, no caso do texto, opõe a ignorância do marido quanto a determinados fatos, ao conhecimento da mulher e do enunciador em relação aos mesmos __ o que dá margem para a criação de implícitos. O falante também sabe, intuitivamente, que a proposição introduzida pelo “mas” tem maior “peso” que aquela à qual tal frase se opõe.

Quanto à regra de convívio social violada, podemos afirmar que, embora não seja bem visto o comportamento do marido que bate na esposa, a sociedade, para atender à “justiça” que as regras de convívio social exigem (e que cobra apenas uma “justificativa” para tal atitude), aceita a traição como uma das causas. Na piada, há a violação desta regra, porque a “justificativa” (devido à inconsistência da causa explicitada) apresenta-se infundada, havendo, assim, o questionamento de sua pertinência, quando se sugere que a mulher teria tido algum tipo de procedimento errado, mesmo que o marido o desconhecesse.

Nenhum dos informantes sugeriu substituir o “porque”, talvez pela dificuldade de substituição, para a qual conseguimos propor apenas um exemplo: trocá-lo (nas duas ocorrências) pela palavra “quanto” (“Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! Você não saberá o quanto está batendo, mas ela vai saber o quanto está apanhando!”) que, ainda assim, mostra-se insatisfatório. E, se se retirar o conector de causa, são necessários alguns “reajustes” no texto, tais como: retirar o verbo “saber” nas duas seqüências e o conector de oposição “mas”, caso em que a piada perde completamente a graça, mas em que se obtém um texto incoerente (circular) no final: “Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! Você estará batendo, ela estará apanhando!”

Houve informantes que eliminaram o problema da causa, trocando a dupla de verbos. “bater/apanhar” pelo verbo “beijar”, este, respectivamente, na voz ativa e passiva, para as duas seqüências: “1.Quando você chegar em casa, beije sua mulher! 2.Você não saberá por que a está beijando, mas ela vai saber porque está sendo beijada!”.

Houve entrevistados que neutralizaram o humor, eliminando, da parte do marido, o conhecimento da circunstância de causa e, para isso: a) sugeriram levar a negação da frase 2 para a frase 3, como na seguinte substituição: “Você saberá porque está batendo, mas ela não vai saber porque está apanhando”; b) ou trocar o segundo verbo (apanhar): “Você não saberá porque está batendo, mas ela vai gostar” (caso de uma reação meio masoquista por parte da vítima e que conserva o problema do “não saber”, o qual fica sem solução); c) ou substituir a segunda oração da seqüência por outra que traga uma reação contra a ação de “bater”: “Você não saberá por que está batendo, e ela o expulsará de casa”. Houve quem sugerisse tirar a negação da frase 2 e substituir a frase 3 por uma explicação: “...pois ela o está traindo com o vizinho”, o que tira o humor, porque justifica explicitamente a sugestão dada (dentro das regras de convívio social). Houve ainda quem sugerisse trocar o conector “mas” por “nem”: “Você não saberá por que está batendo, nem ela vai saber por que está apanhando”, o que torna a situação ainda mais inexplicável, embora tire o humor.

Conclusão: A regra do convívio social justifica (até certo ponto) que o marido espanque a mulher e é esta “convivência” da sociedade que é criticada no texto, quando apresenta, como “argumento para justificativa” da mesma, um implícito do tipo mais vago e inconsistente, como é o caso do subentendido (a mulher provavelmente encontrará, em sua “consciência”, motivos para sentir-se culpada). O conselho para um espancamento não-justificado (violação da regra, desde que o homem que espanca sempre se refugia num “motivo”) é, assim, apresentado abertamente, devido à total inconsistência do motivo sugerido. O risível está nesta inconsistência. Este implícito é criado pelo mecanismo 2: dos verbos factivos, no caso, o “saber”, na segunda ocorrência, o qual sugere que a mulher conhece razões que justifiquem o espancamento; razões cuja especificação abre-se num “leque” de subentendidos. Lembramos que esta última constatação difere do proposto por Ducrot (1978), segundo o qual os subentendidos precedem os pressupostos (aqui, é o pressuposto que parece preceder o subentendido).

No texto em estudo, consideramos que é no choque do implícito com os explícitos que levam a ele que se processa o humor do texto.

Os dois novos mecanismos: inversão e mudança de focalização

Faremos um breve comentário sobre os dois últimos mecanismos que sugerimos acrescentar à lista proposta por TravagliaA (1991) e aos quais chamamos de: **mecanismo da inversão e mecanismo da mudança de focalização** (assim denominados por nós, por apresentarem

características que parecem diferenciá-los dos anteriores). Por se constituírem em um dado novo, julgamos necessário analisar mais de um texto, para melhor esclarecer nossas justificativas em sugerir-los.

Mecanismo da inversão - Análise da piada 05 do Anexo

O humor é criado a partir de uma inversão de dados ou de situações (vantagem vira desvantagem e vice-versa, por exemplo) ou de troca da causa com a consequência. Na piada 5 (do Anexo), o humor vem do paradoxo de que as duas “novidades” que o filho conta ao pai levam à situação inversa de “nada de novo”. Observe-se a análise desse texto a seguir:

Frase 1: O filho desempregado arranjou um emprego

↓

1º Pressuposto

↓

1º Posto

Frase 2: O filho recém-empregado ficou desempregado

↓

2º Pressuposto

↓

2º Posto

O humor está na forma como o filho expõe os fatos; ambos como “novidades”, quando, na realidade, a situação era inversa: não havia novidade alguma, já que o segundo fato anula o primeiro e, como o demonstra o esquema acima; o primeiro pressuposto é igual ao último posto: o filho continua sem emprego. Há, portanto, uma inversão, em relação à “novidade”.

Mecanismo da inversão - Análise da piada 06 do Anexo

O mecanismo da inversão é evidente no procedimento do paciente: ele inverte a proporção de “menos cigarros, porque menos refeições” em “mais refeições, porque muitos cigarros”.

O disjuntor desta piada está em “Pudera! Com vinte refeições por dia!”, que indica a presença de outro frame diferente daquele da visão do médico e mostra que o resultado pretendido no primeiro é obtido de forma imprevisível neste segundo. É a mudança de proporção que transforma o frame de “uma refeição/um cigarro” em “vinte refeições/vinte cigarros” (nessa ordem, já que a refeição precede o cigarro). A frase-síntese da idéia incongruente é: “tomar vinte refeições para fumar vinte cigarros”.

Conclusão: A recomendação do médico baseia-se no conhecimento de mundo (metaplícito) do número normal de refeições diárias de uma pessoa e significa então que ele está recomendando: “menos cigarros, em relação ao número habitualmente fumado (antes de iniciar o tratamento)”, ficando o número de refeições como um referente para este “menos”. Há, na interpretação do paciente, uma inversão de dados da situação, na medida em que o elemento usado como referente (número de refeições) é trocado de lugar com o termo referido (número de cigarros) criando a proporção que se muda de: “comer normal/fumar igual” para “comer muito/fumar igual” (sempre o “comer” primeiro, porque é o referente do “fumar”).

De acordo com o mecanismo 14, das relações de contraste, o leitor compara as duas proporções (de cigarros e refeições) e chega a dois pressupostos: se o médico estivesse certo, o paciente estaria pior, porque aumentou o número de cigarros; se o paciente, ao contrário, curou a magreza, o cigarro não era o problema. Assim, o que torna o texto risível é a explicitação da inversão (e de suas conseqüências) chocando-se com o implícito (este também resultado do processamento final do mecanismo 14, das relações de contraste) da crítica ao óbvio: o homem era magro porque não comia (e o médico não questionou, na primeira consulta, este dado básico).

Mecanismo da mudança de focalização

O segundo tipo de mecanismo que acreditamos ter detectado é o “mecanismo da mudança de focalização”. Adotaremos o conceito de focalização proposto por Vieira (1999: 28, mimeo): “A focalização será considerada como os aspectos do tópico que o autor quer realçar”. Entendemos, pois, a focalização como o enfoque de um elemento que, como outros, não estaria em destaque na seqüência do texto, se o locutor não concentrasse nele o seu interesse. A “mudança de focalização” ocorre quando o locutor se concentra em um ponto do fio discursivo e o interlocutor concentra-se em outro. Acreditamos que a focalização possa ocorrer de duas maneiras:

a) o primeiro ponto focalizado pode ser o tópico discursivo, que é então relegado a segundo plano, quando o interlocutor opta pela focalização de um detalhe, que pode ser uma circunstância da ação ou um determinante (que acompanha um nome);

b) o desvio se dá de um detalhe para outro, como por exemplo: de uma circunstância para outra, de um complemento verbal para outro, ou de um determinante para outro. Assim, os dois pontos (focos) de cada interlocutor ficam numa certa relação de oposição.

Mecanismo da mudança de focalização - Análise da piada 07 do Anexo

De acordo com o que entendemos por “focalização”, nesta piada, o complemento do verbo: a palavra “certo”, desvinculada de “certo e errado” é que evidencia a focalização destes dois elementos separadamente. Assim, o tópico são as instruções a serem dadas à nova funcionária. Quando o primeiro chefe, abordando o tópico: “aprendizagem das instruções de trabalho”, cita a questão do “certo ou errado”, está focalizando, dentro do tópico da aprendizagem, um elemento (o complemento do verbo “ensinar”) equivalente a “tudo” (ou seja: “certo e errado” “tudo”). O segundo chefe, ao “dissecar” a expressão equivalente a “tudo”, desvia o foco para “certo” separado de “errado”, e essa “manobra” discursiva, além de desvincular um complemento do outro, desvincula os dois complementos da idéia de “trabalho” e, dessa forma, direciona seu discurso para outro mecanismo: a alusão de “certo e errado”, de caráter sexual.

Mecanismo da mudança de focalização - Análise da piada 08 do Anexo

Os dois frames podem ser representados pelo seguinte esquema:

Frame 1 (Interpretação do médico)	Frame 2 (Interpretação da mãe)
A menina gagueja <i>quando quer falar</i> dessa maneira {	A menina gagueja <i>quando quer falar</i> dessa maneira {
A menina não gagueja <i>quando quer falar</i> dessa maneira {	A menina não gagueja <i>quando não quer falar</i> dessa maneira {

O mecanismo da mudança de focalização evidencia-se na interpretação que a mãe faz de “gagueja sempre dessa maneira”, não como o modo (em que o “sempre” incide sobre a expressão “dessa maneira”, significando “sempre gagueja do mesmo jeito”), mas como uma circunstância de tempo (em que o “sempre” incide sobre o “gagueja”, significando “habitualmente gagueja desse jeito”) ou seja: “gagueja dessa maneira e sempre”, o que deixa na frase o pressuposto de que “sempre quando quer falar” opõe-se a “nunca quando não quer falar”, enquanto, no enfoque do médico, o “dessa maneira” opõe-se a “de outra maneira”.

O disjuntor desta piada está na frase “Só (gagueja) quando quer falar” (o que é redundante) e os dois frames trazidos para o texto pelo disjuntor devem-se à focalização de circunstâncias: uma que o disjuntor mostrou, outra que, por oposição (pressuposto no “só”), ficou implícita. A frase-síntese da idéia incongruente é: “a menina não consegue mostrar a gagueira quando não fala”.

Mecanismo da mudança de focalização - Análise da piada 11 Anexo

Nesta piada, o réu concentrou sua atenção do item “quebrar a cadeira” (complemento nominal de “acusado”), enquanto o juiz focalizava o adjunto adverbial de lugar para a ação: a cabeça do vizinho __o que parece indicar que as circunstâncias que envolvem diretamente o ser humano podem ser mais relevantes que elementos circunstanciais (e até complementos __ estes de maior “peso sintático”) representados por coisas (objetos, animais...). O humor da piada foi causado justamente por esse tipo de mudança de foco que teria (de acordo com a hierarquia que acabamos de propor) na inversão deste “status”, a base do humor.

Este elenco de mecanismos norteou nosso trabalho (atuando como roteiro e ponto de referência), na pesquisa, ou seja: a detecção do humor num dos três níveis de compreensão: explícito, implícito ou metaplcito.

No trabalho do qual se originou este artigo, fizemos, ao final das análises, tabelas para a avaliação dos resultados e, por meio das mesmas, fizemos, primeiro, o levantamento da incidência de explícitos ou de implícitos nos dois frames de origem e no ponto da bissociação; em seguida “afunilamos” os dados da tabela anterior, comparando os níveis de compreensão nos dois frames de origem, sempre utilizando a ordem de scripts e mecanismos, como uma espécie de “roteiro”. Constatamos que a porcentagem maior foi para o uso equilibrado de explícitos e implícitos nos dois frames de origem; a segunda maior ocorrência foi para o uso mesclado dos dois níveis em um desses frames, com elementos apenas explícitos no outro; e, em menor grau, ficou a mistura de explícitos e implícitos no primeiro frame, com apenas implícitos no segundo. Não incluímos neste artigo essas tabelas, porque a constatação de seus resultados depende da inclusão de todo o corpus de piadas usado e suas respectivas análises.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos resultados apresentados nas tabelas acima, fizemos algumas observações que consideramos pertinentes incluir no final deste estudo, na descrição seguinte.

4.1. Todos os textos apresentam **elementos dos três níveis de compreensão**, explícito, implícito e metaplícito. Ao final deste estudo, reafirmamos nossa hipótese de que o texto (com recurso a explícitos e implícitos) é um “recorte” do “universo metaplícito”: o nível metaplícito é a base dos outros dois níveis, porque, sem o conhecimento de mundo e o conhecimento lingüístico, não se produz um texto.

4.2. O **nível explícito** é básico para a construção do implícito, porque o primeiro se constitui no elemento “concreto”, detectável no material lingüístico, pelo qual se passa, para chegar-se ao implícito. Toda ocorrência de implícito tem, em sua origem, um dado explícito.

4.3. Analisando os **elementos comuns aos “frames de origem”** de cada piada _ elementos que ligam um contexto ao outro, constatamos que o que mais propicia a bissociação (ou “incongruência”) é justamente o fato de se desconsiderarem pontos em comum aos frames de origem, ou, ao considerá-los, fazê-lo de forma incoerente. São exemplos desta conclusão as piadas de número 09 e 12. Na piada 09, há um traço semântico (dentro do previsível) comum aos verbos “perder” e “procurar” _a circunstância de lugar_ que só é aceita como diversa nos dois, se houver uma justificativa plausível para esta mudança (como, por exemplo, em casos de afogamento, em que os corpos podem ser afastados do local da “perda” pelas correntezas). Assim, quando a primeira previsão falha (e o lugar da busca não coincide com o da perda), a previsão que se segue imediatamente a esta é a de uma justificativa coerente para essa mudança. Se a justificativa for insatisfatória, como no texto citado, a incongruência resulta da inconsistência desta justificativa.

O texto 12 também é um exemplo de “previsão” lograda. Diante de uma casca de banana, que pode provocar um tombo, espera-se (é o mais previsível) que a pessoa que já passou por esta situação (ou já viu alguém passar) use sua experiência para evitar novo acidente. Não é um novo tombo que é risível: é o fato de o português, depois de ver a casca, ainda considerar o tombo como uma fatalidade.

4.4. De acordo com os testes realizados em nossa pesquisa, o disjuntor fica no final do texto (após o qual, como já dissemos), não se justifica a continuação da narrativa. Justificando esta última afirmação, propomos, a título de teste, que se invertam as seqüências das piadas (sobretudo as mais longas), tentando manter a coerência da narrativa. Observe-se o exemplo da piada 14 (do Anexo), que reformulamos no número 15 (do Anexo), aplicando o teste proposto. A inversão dos fatos tira, da frase disjuntora, seu caráter de “explicação”, na qual há sempre um elemento que “choca”: no texto acima, o que choca é a constatação de que o judeu fora alvo de um estratagemas do turco, quando este, usando o ventriloquismo, deu a entender que era o judeu quem estava pedindo a conta. O disjuntor é, então, apresentado como elemento “decisivo” para, ao mesmo tempo, “explicar” e “chocar” o leitor. Repetimos a prova sugerida reformulando uma piada curta (piada 12 do Anexo): *O português exclama: “Ai, Jesus, outro tombo!”, quando, caminhando pela rua, vê uma casca de banana.* No último exemplo, sobretudo, quase não houve modificações, além da inversão na ordem da narrativa e é evidente que o humor não é o mesmo da piada original. Deixamos claro que este recurso de reestruturação pode não funcionar em muitos casos: a história pode ficar descaracterizada; ou pode também suceder que o texto não surta efeitos, principalmente com piadas muito curtas.

Podemos, pois, **caracterizar o disjuntor com os três dados seguintes**: (a) é a frase conclusiva da piada, e pode ser reconhecido pela técnica da neutralização do humor (que consiste na troca deste termo por outro, igualmente coerente, mas que anule o humor do texto); (b) leva à descoberta da existência de um frame cuja previsão não era até então considerada (o disjuntor aparece explícito em um primeiro frame, a partir do qual remete, por meio de um implícito, a um outro frame); (c) está na base da incongruência (cuja idéia ele ajuda a completar, por um processo de dedução): é a partir do disjuntor que é possível elaborar o que chamamos “frase-síntese da idéia incongruente”. Um exemplo é a piada do Anexo 13, em que o disjuntor é “Eu fico com o lado de dentro!” e o resultado da dedução feita, a partir do disjuntor é: se a mulher fica com “o lado de dentro”, o marido vai ficar (pelo pressuposto das relações de contraste), com “o lado de fora”, logo, a frase-síntese da incongruência é: “Na partilha de bens, alguém fica com uma parte onde não há nada”.

4.5. Detectamos a existência de um elemento que se reflete diretamente no disjuntor, embora não faça parte do mesmo. Por não ter encontrado referência a ele em estudos de humor, nós o denominamos “**termo**

âncora", porque, eliminando-se este termo, o disjuntor também é neutralizado. É o que acontece, por exemplo, na piada 10 (do Anexo), se substituirmos a palavra "camisinha" por outra qualquer (bola, livro), sem conotações sexuais, a frase disjuntora ("O que que é pátio?") perde a graça. Em piadas que apresentam ambigüidade é normalmente o termo ambíguo que se constitui nesta "âncora" (como na piada 02, em que o verbo "tomar" é o "termo-âncora") porque, neste piada, ele aparece com dois significados). Em piadas que apresentam ambigüidade, o termo ambíguo (quando não está no disjuntor) constitui-se normalmente nesta "termo-âncora", que não chegamos a estudar mais detalhadamente.

4.6. Há graus diferentes de implícito, ou seja: há implícitos mais evidentes que outros, como podemos constatar pela comparação entre pressupostos e subentendidos: aqueles sempre mais evidentes do que estes, pela própria caracterização, pois o pressuposto é recuperável a nível lingüístico e o subentendido abre-se em um leque de possibilidades. É por esta razão que o uso de subentendidos deixa meio difusa, incerta a verificação da opção de sentido escolhida pelo autor, embora haja casos em que o objetivo do falante pode ter sido o de provocar ambigüidade.

Verificamos, no entanto, que o implícito do tipo pressuposto, especificamente, pode apresentar-se em "diferentes graus", havendo pressupostos mais evidentes que outros, pelo fato de serem ocasionados por um acúmulo de pistas para a mesma evidência. Por exemplo, na piada de número 17 do corpus, o número de pressupostos quase(?) dá ao leitor a ilusão de que não são pressupostos, mas explícitos, o que não é verdade. Este engano pode ser comprovado pela análise dos elementos das frases que conduzem a esta forma de implícito. Mas, porque estes pressupostos são em número de três, representam, juntos, um acúmulo de "pistas" que mostram a megalomania de FHC: "estar no poder ainda no século XXI", estar no "seu sexto mandato", ir para a cama "com a gravata e a faixa presidencial". Estes elementos preparam o leitor para o ápice do mecanismo do exagero (no caso, exagero de megalomania, termo que, pela própria definição já se constitui em um "exagero"), quando ele confunde a exclamação de espanto da esposa com uma exclamação de admiração.

Diferente da piada acima citada, temos a piada de número 19, em que as pistas são em menor número (duas mentiras: o peso do lambari e o lampião aceso), mas em que o exagero se constrói a partir da "intensidade" (próxima do absurdo) da mentira, quando o homem diz ter pescado um lampião aceso.

4.7. Os scripts (propostos por Travaglia, 1991) são, a nosso ver, implícitos situacionais. São implícitos, a partir do momento em que foram "consagrados" pelo conhecimento metaplícito: ninguém precisa esclarecer um leitor brasileiro que uma piada com português terá certamente o "script da estupidez", porque o leitor já espera isso. Entretanto, piadas com a figura do surfista (também estereótipo de estupidez) por serem ainda pouco

numerosas, precisam de esclarecimento prévio para alguns leitores, quanto à característica do estereótipo.

4.8. Os “mecanismos criadores de humor” de Travaglia (1991) ajudam a determinar o implícito final (apontam para regra social que vai ser violada no texto) e ajudam a precisar a intenção do autor da piada. Por exemplo, na piada 20, ilustrando o script da mesquinhez ou avareza, o homem que cobra aluguel do refugiado de guerra dá a entender que o último não sabe que a guerra terminou. Há graça, quando o leitor, ao buscar um dado que explique a situação absurda, percebe que este dado é a cobrança do aluguel. De acordo com as regras de convívio social, a “justificativa” para a situação inesperada está num comportamento que “constrange” o grupo social, a mesquinhez (acentuada, no caso, pelo fato de a vítima, “um refugiado de guerra” contar com a solidariedade das pessoas).

4.9. O mecanismo da cumplicidade em textos não se processa no nível da narrativa, mas num processo que vai do nível endofórico para o exofórico, ou seja: do personagem (elemento virtual, interno ao texto) para o leitor (elemento da realidade, externo ao texto) o que se constitui, a nosso ver, em uma forma de metalinguagem. Um exemplo está na piada 04 do Anexo, em que o locutor dirige-se a um “leitor-cúmplice” (certamente um homem/marido), ao aconselhá-lo a bater na mulher quando chegar em casa, porque, mesmo que ele (leitor) não saiba a razão do que está fazendo, a mulher saberá porque estará apanhando.

4.10. O “mecanismo da cumplicidade” parece trazer sempre, implícito, o “mecanismo da sugestão”, mas a recíproca não provou ser verdadeira em nenhum exemplo. O “mecanismo da cumplicidade” associado ao “mecanismo da sugestão” pode ser atestado pela piada “one liner”: “*Você sabia que o movimento feminista tem andado meio devagar? Vai ver é o peso do sapato*”, na qual há cumplicidade até no “tom do tipo confidencial” do “*Você sabia...?*” (expressão que costuma introduzir discursos em que há trocas de confidências) “sugere” que há apenas “sapatões” nos movimentos feministas; e sugere, ainda, que são as lésbicas que prejudicam o movimento feminista _ certamente um discurso de alguém que é contra os movimentos feministas e tem preconceito contra as lésbicas (e “conta” com um leitor com os mesmos valores ideológicos).

A afirmação recíproca: de que o “mecanismo da sugestão” não está vinculado ao mecanismo da cumplicidade”, pode ser atestada pelo exemplo de número 28 (do Anexo) em que o viúvo sugere ter matado as duas mulheres.

4.11. O “script do absurdo” serve-se do “mecanismo da contradição”, quando apresenta elementos da situação em contradição com o discurso, como na piada 38 (do Anexo), em que, ao mesmo tempo que o louco refere-se ao telefone como “o telefone *daqui*” (discurso), ele nega a situação de que o telefone esteja instalado. O inverso nem sempre acontece: há casos em que o “script do absurdo” vem associado ao “mecanismo da contradição”, mas tal fato não é uma constante. Na piada 29 do Anexo, é

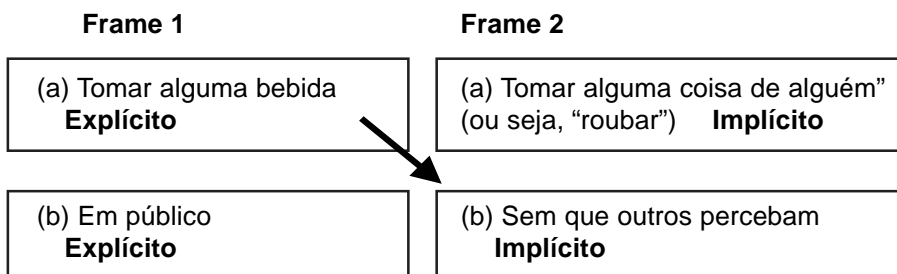
absurda e contraditória a fala da mulher: “Não mate o pai de seus filhos”. Os outros exemplos analisados neste mecanismo, entretanto, não recorrem ao absurdo, recorrem, no máximo, a situações ou desenlaces inusitados, como na piada 22 (do Anexo), em que o operário torna contraditória sua situação e a situação dos colegas (desvantagem vira vantagem e vice-versa _ o texto parece, inclusive, situar-se melhor no “mecanismo da inversão”, que propusemos¹⁵).

4.12. O mecanismo da ambigüidade sempre está presente nas piadas, seja *no nível lingüístico* ou *no situacional*, como na piada 40 do Anexo, em que a situação é que é ambígua.

Quando é utilizado o mecanismo da ambigüidade, podem ocorrer três tipos de “desenlace”, sempre com a ambigüidade explorada no ponto onde se situa o disjuntor. Desenlace (a): *há a escolha, no termo ambíguo, de um dos traços* que seja normalmente condizente com um senso comum (no lugar de outro traço que surgiu e o qual, ainda que seja igualmente comum, fica descartado nesta escolha), como na piada número 21 do Anexo, em que o próprio personagem “escolhe” desfazer a ambigüidade, optando pelo sentido de “como escrever a palavra *hoje*”. Desenlace (b): *há a escolha do traço mais incomum do termo ambíguo*, não se descartando totalmente, porém, o traço mais comum, o qual, embora presente, fica num segundo plano, como um elemento que serve de referência para uma comparação; como na piada 41 do Anexo, em que o personagem escolhe como “fecho” “ficar apenas uns dois anos na festa de quinze anos para a qual está sendo convidado”. Desenlace (c): *os traços ambíguos ficam em perene “disputa pela predominância”*, causando um tipo de “tensão”, em que a ambigüidade não se “resolve”, como comum a jogos de palavras, como na seguinte piada “one liner”: “Relógio que atrasa não adianta”. Nesta piada, os dois sentidos do verbo “adiantar” ficam em perene alternância, como na interpretação a seguir: ou “Relógio que atrasa não adianta (não fica adiantado) ou “Relógio que atrasa não tem valia”. A escolha de um sentido parece não excluir o outro.

Quanto a esse mecanismo, cabe uma observação final: parece que, nas situações ambíguas, de um frame para o outro, os itens invertem de nível, ou seja; dos dois tipos de itens (os dois pólos da ambigüidade), um aparece explícito em um frame, enquanto o outro aparece implícito no outro, e acontece a situação inversa com as circunstâncias de cada um, como no exemplo seguinte, da piada número 02:

¹⁵ Notamos que a predominância de determinado mecanismo nem sempre exclui totalmente a exploração de outro.



Assim, um sentido do verbo “tomar” (a) “tomar bebida” aparece explícito, enquanto a circunstância ligada a esta ação: “em público” só pode ser pressuposta a partir da circunstância (b) “sem que outros percebam”, esta, implícita na última fala do amigo de Herr Hofrat “Mas o lugar está cheio de gente!”. Ao contrário do item (a) do primeiro frame, que vem explícito, o item (a) do segundo frame: o sentido de “roubar” apresenta-se implícito.

4.13. O “mecanismo do jogo de palavras” pode recorrer ao “**mecanismo da ambigüidade**” e ocorrer sob duas formas em relação a este segundo: (a) para a disjunção, o autor serve-se de um dos traços do disjuntor ambíguo; como na piada de número 21 (do Anexo), em que há ambigüidade no uso do termo “hoje”, tanto como *menção* como em forma de *uso* (parte normal do sintagma, empregado como adjunto adverbial), mas no qual não há jogo de palavras; (b) não há traço do disjuntor que apresente ambigüidade, como na piada 23 (do Anexo), em que o padre troca “Corpo de Dio” por “Dio, que corpo” (não é um caso de ambigüidade);

4.14. O “script da avareza” aparece sempre associado ao “**mecanismo da esperteza**”, mas a recíproca não é sempre verdadeira (pode acontecer ou não). A prova do primeiro caso está na piada de número 24, em que o judeu, para não ficar com o prejuízo (prova de avareza) manda o filho marcar, na conta de todas as freguesas, o débito da freguesa desconhecida (esperteza). A esperteza “não necessariamente vinculada à avareza” pode ser comprovada na piada de número 37, em que o menino pergunta à professora se “alguém pode ser castigado pelo que não fez, desde que ele próprio não tinha feito o exercício” apresenta um exemplo de esperteza, mas não há o mecanismo da avareza. É evidente que todo espertalhão, em uma piada ou em situações reais, pretende ter uma espécie de “lucro” sobre o interlocutor, mas este lucro não envolve, necessariamente o aspecto financeiro.

4.15. O “mecanismo da paródia” exige um conhecimento metaplícito específico do texto “fundador”: a forma, a situação, os personagens, o estilo, etc. que originou a imitação. Como reverte a situação do sério para o grotesco ou para o trágico, há o recurso ao “mecanismo da ironia”, como na piada 30 (do Anexo), em que há um “Papai-Noel que nega presentes a crianças da Etiópia, justamente porque estas crianças não se alimentaram

convenientemente”. Neste texto há também o mecanismo da ironia, porque o personagem transforma a falta de opção em opção (ou seja: devido à falta de alimentos, as crianças tiveram que “escolher passar fome”), e torna o trágico da situação em situação cômica.

O “**mecanismo da paródia**”, apenas no **nível apenas lingüístico**, manifesta-se em dois sub-níveis: o **formal** e o **situacional** (fazemos notar que este “situacional” é parte integrante do co-texto, não é o “situacional” que, em relação ao texto, é considerado exofórico). No **nível formal**, temos: a *paródia de textos já existentes* (tais como paródias de provérbios, de fábulas, de letras de canções, ou de outros textos), a *paródia de estilos pessoais* ou de *posturas ideológicas*, como no exemplo 25 do Anexo (de frases colhidas na Internet), bem como de *temas e gêneros textuais*, como no exemplo 26 (do Anexo), em que MILLÔR (1968) faz dupla paródia: parodia trecho de livro didático, este, por sua vez, trecho mostrado como a tentativa de reprodução por uma criança. No **nível situacional**, temos paródia quando um personagem é caricaturado através da fala; *ou o contexto é caricaturado*, como na piada 27 (do Anexo), em que, num contexto real de naufrágio, não haveria humor; e, finalmente, a *paródia de um script*, como acontece com a piada do “Papai-Noel (número 30 do Anexo) comentada acima.

4.16. As oposições mais acentuadas parecem provocar uma reação de **humor mais forte** do que as oposições mais atenuadas. É o que ocorre, por exemplo, na piada 31 do Anexo. O que torna risível a situação do “Adão brasileiro” é justamente a miséria com que ele é apresentado, em oposição a “paraíso”. Se tivessem apresentado Adão (representando o brasileiro) como alguém que tivesse poucos recursos, como uma casa pequena, carro velho, etc., a piada não teria tanto humor, porque haveria sempre alguém que acharia esta situação aceitável (até possível de ser considerada um “paraíso”). Outro exemplo é a piada 32 (do Anexo): ao invés do velhinho-mergulhador (em que o diminutivo chega a ser afetivo, conforme comentário de um dos informantes), se o personagem fosse um homem qualquer, que não inspirasse pena ou carinho, a piada perderia muito do humor: o “choque” de um elemento “terno” num contexto violento é que propicia o riso.

Em trabalho anterior nosso (1997, não publicado) junto a entrevistados, tentamos verificar se havia, de uma piada para outra, mudança no “direcionamento” do preconceito. Para isso, testamos com os entrevistados, a piada 33 do Anexo, substituindo o personagem do negro por personagens diferentes, todos vítimas de preconceito: o “gay”, o português, a mulher. Constatamos que o preconceito existe sempre numa determinada “direção”, criando “características” próprias para cada tipo de vítima, ou seja: a mulher é normalmente estúpida, vive às custas do marido, costuma trair o cônjuge; o “gay” sempre aparece como escandaloso, irreverente, etc.; o português aparece sempre como estúpido; o negro aparece sempre como desonesto, inepto para trabalhos que requerem inteligência, etc. Entretanto, os “defeitos próprios de cada estereótipo” são intransferíveis

para outro, ou seja: o negro não é apresentado como estúpido; o português não é apresentado como desonesto, etc. A substituição de um personagem por outro leva um estereótipo de racismo para um contexto que não é normalmente o seu e a piada perde o humor. Assim, na mudança do personagem da piada: a mulher substituindo o negro (conforme fizemos), houve entrevistados que afirmaram não ter achado nenhuma “graça”. Parece, pois, haver um grau maior de preconceito contra o preto do que contra a mulher e isso é outra prova do item em análise: quanto maior o leitor considerar a oposição, maior o humor. Logo: atropelar, de propósito, um negro, parece ser mais risível(!) do que atropelar, de propósito, uma mulher.

4.17. Outra circunstância que **reduz o grau de humor da piada é o recurso a elementos mais explícitos**. Na piada 36 do Anexo, quando o paciente diz ao médico para repetir a expressão “Já recebi” (frase 6), fica implícito (é apenas um dos implícitos analisados) que o primeiro pretende usar o mesmo método do tratamento para não pagar ao segundo. Um entrevistado sugeriu substituir a frase 6 por “Eu vou pagar, eu vou pagar, eu vou pagar”. Esta repetição “mostra” o método usado no tratamento, como se o paciente o tivesse “assimilado” e, como se apresenta numa forma explícita, faz cair o implícito do texto original, sobre as intenções do paciente de fraudar o médico. A substituição ainda conservou o humor, mas, pelo fato de ter recorrido a um dado explícito, foi um humor em grau menor.

4.18. O “**mecanismo da troca de lugares sociais ou posições do sujeito**” pode ocorrer em circunstâncias diferenciadas: (a) o personagem entender/ou não que sua imagem está “sendo trocada”, como é o caso do “velhinho-mergulhador” da piada 32 (que é visto apenas como um “velhinho inocente e injustiçado” pelo leitor e, ao contrário, visto como suspeito pelo investigador); (b) pode (inconscientemente/ ingenuamente) recusar essa troca, como é o caso de “seu Galhardo”, na piada 34 do Anexo; (c) ou pode assumir esta troca, como é o caso do personagem do político, na piada 35 do Anexo.

4.19. Há a presença de explícitos e de implícitos na elaboração da “frase-síntese da incongruência”. Chega-se a esta síntese pelos elementos explícitos do disjuntor, que são completados, por dedução, com outros elementos, buscados no restante do texto, explícitos ou implícitos. Todos estes elementos parecem conduzir a uma intenção precisa: a **violação de uma regra do convívio social**, violação que, se for explicitada e também aceita, ou se for contestada, não será cômica. Há, então, três **situações que também normalmente anulam o humor de uma piada**. Ambas referem-se à postura dos personagens diante do fato. A primeira situação é quando não há **nada a ser contestado**. A segunda é quando, em relação ao fato contestável, há uma **aceitação passiva** por parte do interlocutor (ou leitor), o que prova que o riso é *contestatório* _ não uma contestação de iniciativa do leitor, mas numa interação dele com o locutor, desde que o riso é visto por nós como um ato perlocucionário. A terceira situação em que o humor é

anulado é quando há uma **contestação explícita do interlocutor**. A primeira situação pode ser exemplificada com o texto 19 do Anexo: se as duas histórias dos pescadores fossem consideradas verdadeiras, ou seja, se houvesse a hipótese de uma explicação racional para cada uma, não haveria humor nas mesmas. Podemos imaginar para o lambari de cinco quilos explicações do tipo: “têm surgido lambaris desse porte, desde que jogaram naquele rio um alimento X, rico em hormônios”. Quanto ao “lâmpião aceso”, numa narrativa de ficção, o fato não seria jamais contestado, mas, mesmo numa história ancorada no real, poderíamos, com tantos avanços da ciência, imaginar um lâmpião com algum sistema próprio para evitar o contato com a água, como o das lanternas usadas por mergulhadores.

A segunda situação dispensa exemplos. A terceira situação em que não haveria mais humor seria a de os dois pescadores, por não acreditarem nas histórias um do outro, dizerem isto abertamente, ou seja, cada um afirmar de forma clara ao outro que considerava mentira o caso contado pelo mesmo. É evidente que tal postura levaria a uma discussão pouco amistosa entre ambos, criando uma situação oposta à do humor. Poderíamos então dizer (usando um trocadilho) que a mentira seria “levada a sério”, o que costuma acontecer sobretudo quando há choques entre culturas distintas ou falta de intimidade entre os interlocutores. Quando não existe esta última circunstância, ou seja, quando há certo grau de intimidade entre os interlocutores, se ambos admitem a própria mentira, isto é feito de forma pacífica e costuma provocar sorrisos, que consideramos um “riso atenuado”. Se, neste caso, a piada em análise provoca apenas o sorriso, mas não o riso, perguntamo-nos então: “O que faz com que a história dos dois pescadores seja risível?”. Acreditamos que seja a sugestão de que as duas narrativas sejam falsas, que vem implícita na bissociação é o que causa o humor, ou seja, **a regra violada** (quando a mentira não é “levada a sério”) **e ainda o fato de esta violação ser tratada no texto de forma implícita**. Quando o segundo pescador propõe ao outro que ambos cheguem a um acordo quanto aos dados de cada relato, ele não o diz na forma explícita como o problema foi colocado aqui. A proposta para que a mentira seja admitida tanto por um como pelo outro vem na forma indireta (implícita) das metáforas: “você diminui seu lambari → admite sua mentira”, que “eu apago o meu lâmpião” admito minha mentira. Assim, o humor fica no implícito de que o lâmpião aceso, tanto quanto o lambari de cinco quilos têm um mesmo valor de verdade, ou seja: ambos representam mentiras.

Às vezes, o grau de explicitação da informação é apenas reduzido, o que também reduz o humor, sem anulá-lo. Na piada 36 do Anexo, por exemplo, quando o paciente diz ao médico para repetir a expressão “Já recebi”, fica implícito (é apenas um dos implícitos analisados) que o primeiro pretende usar o mesmo método do tratamento para não pagar ao segundo. Um entrevistado sugeriu substituir essa frase por “Eu vou pagar, eu vou pagar, eu vou pagar”. A repetição “mostra” ainda o método usado no

tratamento _como se o paciente o tivesse “assimilado”_ e, como se apresenta numa forma explícita, faz cair o implícito do texto original, sobre as intenções do paciente de fraudar o médico. A substituição ainda conservou o humor, mas, pelo fato de ter recorrido a um dado explícito, foi um humor em grau menor.

De tudo o que foi dito, concluímos que é a soma das informações de todos os níveis lingüísticos que conduz a um implícito final, no qual se encontra a violação de uma regra do convívio social. Ao final de cada piada, constata-se que a intenção do autor era atingir alguma dessas regras. Esta intenção última do autor do texto fica pressuposta numa comparação que o leitor faz entre dois elementos: primeiro, as regras que ele leva (introjetadas) e, segundo, a incongruência detectada no texto (comparação pressuposta, à qual o leitor chega por meio do mecanismo (criador de pressuposição) que consideramos o mais fundamental da criação de pressuposição: **o mecanismo das relações de contraste**.

Levantamos, finalmente, dois pontos. **Primeiro ponto:** as regras do convívio social constituem-se, conforme referência que fizemos às mesmas, no “indizível” do relacionamento do grupo. **Segundo ponto:** estas regras constituem-se no aspecto “questionável”, que o homem não consegue neutralizar, mas são violadas (numa violação do tipo “faz-de-conta”) nas piadas. Quando há um “ataque **sério**” às regras citadas, não há graça; por isso, a violação das regras, se explicitada, conforme demonstramos por meio de substituições, não seria cômica.

Considerando, finalmente, que parece haver um tipo de “coerência” de procedimento entre “questões/problemas” e “respostas/soluções”, em todo “fazer humano”. Julgamos que esta coerência explique o fato de a violação das regras citadas, se feita abertamente, não ter graça. Assim, se a regra é resultado de um “acordo tácito”, só de forma dissimulada é que as pessoas não se constroem em violá-la. O recurso ao implícito para expor o “indizível” é, pois, a maior arma do riso e pode-se dizer que, se o humor é construído nos três níveis: explícito, implícito e metaplícito, ele só funciona, como tal, fundamentalmente, no implícito da regra violada. Assim, o implícito é básico para “apontar” (dissimuladamente) a regra de convívio social que se quer transgredir. Este implícito é “imposto ao leitor” e, como tal, tem **poder de argumentação**: de certa forma, **o leitor só pode descobrir o risível, se processar (e, conseqüentemente, admitir) a informação implícita**, o que torna **o riso um ato indiscutivelmente perlocucionário**.

REFERÊNCIAS

ARRUDA FERNANDES, Vânia Maria Bernardes. **Pressuposição, Argumentação e Ideologia - Análise de textos publicitários**. Campinas: UNICAMP, IEL: Tese de Doutorado, 1997.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours.** DRLAV 26. Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1982.

BERGSON, Henri. **Le Rire.** Paris: Quadrige/ Presses Universitaires de France, 1995.

CHARLAB, Sérgio (sem data) (Editor-chefe) **Rir é o melhor remédio __ Uma compilação das melhores piadas publicadas na revista Seleções.** Rio de Janeiro: Reader's Digest.

DUCROT, Oswald. **Pressupostos e Subentendidos (Reexame).** Tradução de Ana Maria Guimarães e Eleni Jacques Martins. In *O Dizer e o Dito.* Campinas: Pontes, 1978.

ECO, Umberto. "O cômico e a regra", in **Viagem na irrealidade cotidiana.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (p. 343-353), 1984.

FERNANDES, Millôr et alii. **Côposiciones infantis.** São Paulo: (s/n), 1968.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1997.

FOUCALT, M. **A ordem do discurso.** Trad. de Laura Fraga de Almeida (3ª ed.). São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOURASTIÉ, Jean. **Le rire, suite.** Paris: Éditions Denoël/Gonthier, 1983.

GERALDI, João Wanderley e ILARI, Rodolfo. **Semântica.** São Paulo: Editora Ática, 1985.

GIL, Célia M. Carcagnolo. **A Linguagem da surpresa _ Uma proposta para o estudo da piada.** São Paulo: USP/FFLCH: Tese de Doutorado. 220 páginas, 1991.

JARDON, Denise. **Du Comique dans le texte littéraire.** Paris: De Boeck-Duculot, 1988.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'Implicite.** Paris: Armand Colin Éditeur, 1998. .

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem.** São Paulo: Cortez, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência.** São Paulo: Contexto, 1989.

- KOESTLER, Arthur. **The Act of Creation**. London: Pan Books, 1964.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. Tradução de APPENZELLER, Marina, com revisão de BRANDÃO, Eduardo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 1991.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de Lingüística Aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MORIN, Violette. "A Historieta Cômica". In **Análise Estrutural da Narrativa** (Original do Francês: L'Analyse Structurale du Récit, 1966). Petrópolis: Vozes, 1971.
- NORRICK, Neal R. "Stock Conversational Witticisms". In **Journal of Pragmatics** vol. 8, número 2. Amsterdam: North Holland, abril/1984: 195-209, 1984.
- NORRICK, Neal R. "A frame-theoretical analysis of verbal humor: Bissociation as schema conflict". In **Semiotica** 60 -3/4: 225-245, 1986a.
- NORRICK, Neal R. Review of RASKIN. "Semantic Mechanisms of Humor" (1985). **Syntheses Language Library** 24. Dordrecht: Reidel, 1985: 154-157, xix, 1986b.
- POERSCH, José Marcelino. "Por um Nível Metaplícito na Construção Textual" (Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Psicolingüística Aplicada, realizado na Universidade de Toronto, no Canadá). Porto Alegre: **Letras de Hoje**.(127-143), 1991.
- POSSENTI, Sírio. **Os Humores da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RASKIN, Victor. **Semantic mechanisms of humour**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1985.
- RASKIN Victor. "Linguistic heuristics of humor: a script-based semantic approach". Amsterdam: Int'L Soc. Lang. **Mouton de Gruyter** (11-15), 1987.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, Paráfrase e Cia**. São Paulo: Ática, Col. Princípios, 1985.

SARRUMOR, Laert. **Mais mil piadas do Brasil**. São Paulo: Nova Alexandria Ltda, 1999.

SCHOTT-BOURGET, Véronique. **Approches de la linguistique**. Paris: Éditions Nathan.

Site: <humor-l@ufu.br>. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. "Recursos lingüísticos e discursivos do humor: Humor e classe social na televisão brasileira". In: **Estudos Lingüísticos XXIII _ ANAIS DE SEMINÁRIOS DO GEL**. Lorena, São Paulo: GEL. (670-677), 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O que é engraçado? _ Categorias do risível no humor brasileiro**. Maceió, Alagoas: UFAL, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. "Uma introdução ao estudo do humor pela lingüística". **DELTA**, vol 6, número 1. São Paulo: ABRALIM/PUC – SP (55-82), 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. "Homonímia, mundos textuais e humor". **Organon** 23. Porto LEGRE: UFRGS. (41-50), 1992.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. Apresentação e organização de Ingedore Villaça Koch. São Paulo: Contexto, 1996.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **As Cobras**. São Paulo: L&PM Editores, 1997.

VIEIRA, Lúcia Mosqueira de Oliveira. **O desvio de foco na produção do texto escrito**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: UFU, 1999.

VOESE, Ingo. "O Discurso humorístico" um estudo introdutório", in **Linguagem e humor**, Revista Leitura: Estudos Lingüísticos e Literários do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Maceió: CHLA-UFAL. (07-20), 1990.

ANEXOS _ PIADAS

Piada 1: Um brasileiro pergunta a um português:

__ Por favor! O senhor viu alguém dobrando esta esquina, agora há pouco?

__ Não, senhor. Quando aqui cheguei, ela já estava dobrada...

Piada 2: Um conhecido especulador da bolsa, também banqueiro, caminhava com um amigo pela principal avenida de Viena. 2. Quando passaram por um café, disse:

__ Vamos entrar e tomar alguma coisa?

Seu amigo o conteve:

__ Mas, Herr Hofrat, o lugar está cheio de gente! (citada por Freud)

Piada 3: O judeu proseia com um conhecido, que lhe pergunta:

__ Jacó, Se você tivesse seis fazendas, me daria uma?

__ Lógico! Jacó daria fazenda pra você.

__ E se você tivesse seis automóveis, me daria um?

__ Naturalmente! Jacó daria.

__ E se você tivesse seis camisas, me daria uma?

__ De jeito nenhum.

__ Ué, mas por que não?

__ Porque seis camisas Jacó tem!

Piada 4: 1. Quando você chegar em casa, bata na sua mulher! 2. Você não saberá por que está batendo, 3. mas ela vai saber porque está apanhando!

Piada 5: O filho falou para o pai

__ Pai, tenho duas novidades para você: uma boa e uma ruim: a boa é que arranjei um emprego...

__ E a ruim? adiantou o pai, apreensivo.

__ É que fui despedido.

Piada 6: 1. O cara supermagro, abatido, um trapo, vai ao médico, que examina o sujeito e manda:

2__ Seguinte: você tem que parar de fumar. 3. Pode, no máximo, um cigarrinho após as refeições.

4 Passa um mês, volta o sujeito, gordo que nem um porco, robusto, um monstro de vitalidade.

5__ Puxa ! 6. espanta-se o médico __ parece que o tratamento deu certo.

7__ Pudera! 7. Com vinte refeições por dia...

Piada 7: Entusiasmados com os dotes físicos da nova funcionária do escritório, os dois chefes da seção combinam a melhor maneira de instruí-la sobre suas funções.

___ Em primeiro lugar temos de ensinar-lhe o que é certo e o que é errado ___
diz um deles.

E o outro comenta:

___ De acordo: o que é certo ensina você!...

Piada 8:

1. E o médico pergunta:

2___ Sua filha sempre gagueja dessa maneira?

3___ Não, doutor, só quando quer falar.

Piada 09: 1. O português estava próximo a um poste, “de quatro”. 2. Passou um amigo brasileiro e perguntou:

3___ Manoel, o que é que você está fazendo aí? 4. Que é que você está procurando?

5___ Perdi minha aliança.

6___ Não diga! Pois vou ajudá-lo a procurar.

7. Ficaram os dois longo tempo vasculhando o local, até que o amigo, já cansado, perguntou:

8___ Manuel, você tem certeza de que perdeu sua aliança foi aqui mesmo?

9___ Não foi bem aqui: foi ali mais na frente, só que lá está escuro...

Piada 10: 1. Conversa de meninos de 4 anos:

2___ Ontem eu vi uma camisinha no pátio!

3___ O que que é pátio? (Citada por POSSENTI, 1998)

Piada 11 : No tribunal:

___ O senhor é acusado de ter partido uma cadeira na cabeça do seu vizinho!

___ Sim, Meritíssimo! Mas a minha intenção era só de partir a cabeça dele, não a cadeira...

Piada 12: 1. O português, caminhando pela rua, vê uma casca de banana e exclama:

___ 2. Ai, Jesus, outro tombo!

Piada 13: Marido: 1___ Eu não agüento mais! 2. Vamos fazer o seguinte: você fica com um lado da casa e eu fico com o outro!

Mulher: 3 ___ Tudo bem! Eu fico com o lado de dentro!...

Piada 14: 1. Isaac foi almoçar com Munir num restaurante do Bom Retiro.

2. Terminado o almoço, começam os dois a se entreolhar, para saber quem paga a conta. 3. Ambos calados, sem falar nada, esperando que o outro pague. 4. Lá pelas tantas, o judeu vira para o lado e diz:

5___ Garçon, traga a conta, que eu pago!

6. No dia seguinte, manchete de primeira página no jornal: 7. "Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino".

Piada 15: Manchete de primeira página no jornal: "Turco ventríloquo esfaqueado em restaurante na José Paulino". Isto aconteceu no dia seguinte àquele em que Isaac foi almoçar com Munir num restaurante do Bom Retiro. Terminado o almoço, começaram os dois a se entreolhar, para saber quem pagaria a conta. Ambos calados, sem falar nada, esperando que o outro pagasse. Lá pelas tantas, o judeu virou para o lado e disse:
__ Garçom, traga a conta, que eu pago!

Piada 16: 1. Duas "Cobras" olhando o céu, numa noite estrelada:
2 __ Como nós somos insignificantes!
3 __ Você e quem? (L. F. Veríssimo, 1997: 07)

Piada 17: 1. Século XXI. FHC está todo eufórico, comemorando o seu sexto mandato. 2. Ainda sob o efeito das comemorações, na hora de dormir, vai para a cama de cuequinhas, meias, gravata e a faixa presidencial, sem se dar conta da coisa. Ao vê-lo nesses trajes ridículos, a primeira dama exclama:
3__ Meu Deus!
4. E o presidente:
5__ Obrigado, Ruth! 6. Mas aqui na cama pode me chamar de Fernando...

Piada 18: 1__ Doutor, o senhor tem certeza que eu estou com pneumonia?
2. Às vezes os médicos diagnosticam pneumonia e o doente morre mesmo é de outra doença.
3__ Pode ficar tranqüilo. 4. Quando eu digo que é pneumonia, o cliente morre é de pneumonia mesmo.

Piada 19: 1__ Óia, eu ando com uma sorte disgramada, cumpádi! 2. Calcule ocê que ôtro dia eu pesquei um lambari de cinco quilos!
3__ Lambari de cinco quilos?!
4__ Tá duvidando, cumpádi?
5__ Não, de jeito nenhum! 6. Esse rio onde nós pesca é um assombro mesmo!
7. Calcule o cumpádi que ôtro dia eu tava pescando e o anzol começô a puxá. 8. Logo vi que era coisa grande! 9. Dei um pôco de linha, aí fui puxando, puxando... quando tirei o danado da água, sabe o que era? 10. Um lampião!
11. E o mais impressionante é que tava aceso!
12__ Ah, não! 13. Aí o cumpádi forçô demais!
14. Lampião aceso?!
15. Onde é que já se viu pescá um trem desse, sô?!
16__ Tã bão, tá bão! 17. Então vamo fazê assim: o cumpádi diminui o seu lambari e eu apago o meu lampião...

Piada 20: 1. Na Itália, um sujeito foi procurar um padre e confessou:
2__ Perdoe-me, padre __ 3. disse, soluçando __ 4. durante a Segunda Guerra Mundial, escondi um refugiado em meu sótão.
5__ Bem __ 6. disse o padre __, 7. isso não é pecado.
8__ Mas o caso __ 9. confessou o homem __ 10. é que o fiz pagar aluguel.
11__ Isso não foi muito bonito - 12. disse o padre __, 13. mas você se arriscou.
14__ Ah, obrigado, padre __ 15. disse o homem. Mas tenho mais uma pergunta.
16__ O que é?
17__ Acha que devo contar-lhe que a guerra terminou?

Piada 21: 1__ Como se escrevia “farmácia” antigamente?// 2__ Com ph.//
3__ E hoje?// 4__ Com f.// 5__ Não, “hoje” se escreve com h.

Piada 22: 1. O camarada vai trabalhar numa obra como ajudante de pedreiro.
2. Logo no primeiro dia, o mestre-de-obras chama sua atenção:
3__ Ô Vicente! 4. Os outros serventes levam dez tijolos de cada vez! 5. Por que você só leva cinco?
6__ Sei não, sinhô! 7. Vai vê eles tem prigiúça de fazê duas viagem.

Piada 23: Na hora da comunhão, o padre Raviolli vai distribuindo as hóstias e dizendo:
__ Corpo de Dio... Corpo de Dio... Corpo de Dio..
De repente, surge para comungar uma mulatona gostosona, linda de morrer.
O padre entrega a hóstia e diz:
__ Dio, que corpo!”

Piada 24: 1. Isaac pediu ao filho Jacó:
2__ Filhinha, toma conta da loja pro papai, que vai ao banco e volta já.// 3. Ao voltar, pergunta:// 4__ E então? Filhinha de Isaac vendeu muita mercadoria?/
/ 5__ Ah, papai... vendi um carretel de linha fiado para uma freguesa, mas esqueci de marcar e não lembro o nome!// 6__ Não tem problema, meu filha. 7. Marca carretel na conta de todas freguesas. 8. Se alguma reclamar, você estorna.

Piada 25: “Por que o frango cruzou a estrada?”
“PLATÃO: Porque buscava o bem.// ARISTÓTELES: Está na natureza dos frangos cruzar a estrada.// MARX: Era uma inevitabilidade histórica.// MOISÉS: E Deus desceu dos céus e disse ao frango: Cruza a estrada. E o frango cruzou a estrada e todos se regozijaram.// SADAM HUSSEIN: Foi um ato de rebelião e o fato de termos jogado sobre ele 50 // toneladas de gás tóxico foi plenamente justificado.// MARTIN LUTHER KING: Vejo um mundo no qual todos os frangos serão livres para cruzar a estrada sem que sejam questionados seus motivos.// FREUD: O fato de que estejas preocupado

porque o frango cruzou, ou não, a estrada, revela tua insegurança sexual.// DARWIN: Ao longo de grandes períodos de tempo, os frangos têm sido selecionados naturalmente de modo que agora tem uma disposição genética a cruzar estradas.// EINSTEIN: Se o frango cruzou a estrada ou a estrada se moveu sob o frango depende do ponto de vista.// HEMINGWAY: Para morrer. Sob a chuva.” (Site humor-l@ufu.br <mailto:humor-l@ufu.br>, 1999_ Itens selecionados).

Piada 26: “A geografia se compõe de nomes que a gente põe nos lugares do mundo. Para saber melhor a distância desses lugares, a gente divide o mundo em riscos, em pé e deitados que se chama de longitudes e atitudes. Esses riscos dividem a terra em tópicos, sendo que uma risca bem no meio se chama Cuador. A geografia se usa geralmente para não deixar a gente passar de ano.” (MILLÔR FERNANDES, 1968)

Piada 27: Num dia de temporal, o bêbado sai do bar trocando as pernas. Antes de virar a esquina, tropeça e cai sentado dentro de uma enorme poça d’água. Algumas pessoas vêem o acidente e saem correndo para ajudá-lo. E o bêbado: // ___ Salvem primeiro as mulheres e as crianças! Eu sei nadar! Eu sei nadar!

Piada 28: 1__ Eu me casei duas vezes e... nunca mais!// 2__ Por quê?// 3__ Minha primeira mulher morreu depois de comer cogumelos envenenados. 4. A segunda, de fratura no crânio...// 5__ No crânio?! 6. Mas o que aconteceu?/ / 7__ Não quis comer os cogumelos!

Piada 29: 1.O marido chega em casa, flagra a mulher com outro na cama, 2. pega o revólver no criado-mudo (3.todo corno tem um revólver no criado-mudo) 4.e já está pronto para descarregá-lo no Ricardão, 5.quando a mulher interrompe:

6__ Pare! Pelo amor de Deus, não faça isso! 3. Não mate o pai de seus filhos!

Piada 30: Papai Noel passa com seu trenó sobre a Etiópia. Lá embaixo, um bando de negrinhos raquíticos e famintos começa a gritar:// ___ Papai Noel! Papai Noel! Joga presente! Joga presente!// E o bom velhinho:// ___ Na-na-ni-na-não! Criança que não come não ganha brinquedo!

Piada 31: 1. Após anos e anos de pesquisa, cientistas e teólogos, num esforço conjunto, finalmente descobrem a nacionalidade do primeiro homem que habitou a Terra! 2. Sem dúvida nenhuma, Adão era brasileiro. 3. Não tinha o que vestir, só tinha uma maçã para comer... 4. E ainda achava que estava no Paraíso!

Piada 32: 1. Na fuga, após um roubo, os ladrões perderam parte das jóias que roubaram. 2. Um velhinho, encontrado nas imediações do local do dito desaparecimento, foi levado à cadeia como suspeito. 3. Quando o investigador lhe perguntava onde estavam as jóias, ele apenas dizia que não sabia. 4. Para que o velhinho confessasse logo o roubo, o investigador, irritado, resolveu “dar-lhe uma prensa”, mergulhando a cabeça do mesmo num tambor de água. 5. A cada vez que tirava a cabeça do velhinho da água, o investigador ironizava:

6__ E então, vovô, “encontrou” as jóias? 7. Vai falar?

8. Na quinta vez em que retiraram o velhinho da água, quase afogado, ele falou:

9__ Ah, moço, arranja outro mergulhador, porque eu não estou encontrando essas jóias não

Piada 33: 1. Seguiam dois homens por uma estrada em um carro, 2. quando, mais à frente apareceu um preto andando de bicicleta. 3. O passageiro gritou para o motorista:

4__ Olha o preto de bicicleta!... olha o preto de bicicleta!... olha o preto de bicicleta!....

5. O motorista não disse nada 6. e passou o carro por cima do preto.

7. O passageiro deu um suspiro e falou:

8__ Ah!... pensei que você não tinha visto.

Piada 34: 1. O chefe da repartição estava muito cabreiro com um de seus funcionários. 2. Sempre na quinta-feira o sujeito faltava ao trabalho e no dia seguinte não dava nenhuma satisfação. 3. Até que, numa semana, o chefe pede a um dos office-boy que, na quinta bem cedinho, fosse até a casa do funcionário e ficasse de butuca para ver o que ele fazia o dia inteiro.

4. No final do dia, o rapaz voltou e relatou para o chefe:

5__ Bem, seu Galhardo, ele saiu de casa lá pelas nove, pegou o seu carro e levou a sua mulher para passar o dia num motel.

6__ Ué, que estranho! 7. E precisa faltar ao trabalho pra levar a própria num motel?

8__ Seu Galhardo, eu posso lhe tratar por tu?

9__ Pode, ora, mas por quê?

10__ Fica mais fácil para explicar! 11. O cara saiu às nove de casa, pegou o teu carro e levou tua mulher para um motel. 12. Entendeu?

Piada 35: 1. O governante, preocupado com a reforma penitenciária, convoca seus auxiliares na área de segurança e manda que seja feita uma reforma completa no presídio: limpeza, pintura, encanamento, etc. 2. Além disso, manda instalar televisão, video-cassete, frigobar, colchão de molas e uma porção de outras mordomias em cada cela. 3. E diz para contratarem um cozinheiro francês para ser o chef da cozinha.

4. Todos na reunião ficam pasmos. 5. Um dos assessores se atreve a perguntar:

6__ Mas, senhor, pra que todo esse luxo?

7__ Ah, meu caro! A gente nunca sabe o dia de amanhã...

Piada 36: 1. Um psiquiatra cura um paciente, através do método da “auto-sugestão”:

2__ Repita três vezes: “eu estou curado!”

3. Após muito exercício mental, o paciente acaba por sentir-se mesmo curado.

4. É quando o médico lhe apresenta a conta do tratamento. 5. Depressinha, o paciente põe em prática o que aprendeu, dizendo para o doutor:

6__ Repita três vezes: “eu já recebi!...”

Piada 37: 1. Zezinho, assustado, pergunta:

2__ Professora, alguém pode ser castigado por alguma coisa que não fez?

3__ Não, Zezinho, nunca!

4__ Então, estou livre! 5. Não fiz a lição.

Piada 38: __ Alô. É do hospício?

__ Não... O telefone daqui só vai ser instalado na semana que vem!

Piada 39: 1. Um garoto vem andando pela calçada e pergunta a um senhor que está parado na porta de um prédio

2__ Vovô, qual é o caminho mais curto para se chegar ao hospital municipal?

3__ É só você me chamar novamente de vovô!

Piada 40:

1. Estava um homem no cinema, na maior: as pernas na poltrona da frente, os cotovelos nos bancos dos lados, todo ‘a vontade. 2. Então, o gerente do cinema chega e diz-lhe:

3__ Que folga, heim, meu? 4. Não quer uns amendoinzinhos ou um whiskeyzinho?

5__ Não! 6. Eu quero uma ambulância. 7. Eu caí lá de cima...

Piada 41: 1. Foi quando chegou o amigo do Manuel e o convidou:

2__ Ó gajo! 3. Estou a lhe convidaire para a festa de quinze anos de minha filha.

3__ Está bem, patrício. 4. Eu irei. 5. Mas ficarei no máximo uns dois anos.

